

CURSO DE PSICOLOGIA

Larissa Líbio

**VOLTANDO PRA CASA: A EXPERIÊNCIA DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL E OS IMPACTOS NA FAMÍLIA**

Santa Cruz do Sul

2016

Larissa Líbio

**VOLTANDO PRA CASA: A EXPERIÊNCIA DO ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL E OS IMPACTOS NA FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de
Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul
para obtenção do título de Bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Prof^a M.^a Dulce Grasel Zacharias

Santa Cruz do Sul

2016

A todas as famílias que não se aprisionam aos enredos de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Gratidão define.

Gratidão pela família que tenho.

À minha mãe, pela dedicação e amor incondicional. Aquela que também é autora de todas as minhas conquistas.

Aos meus irmãos, por me ensinarem a amar, dividir e compartilhar.

Aos meus avós que sempre me incentivaram e me acompanham, onde quer que estejam.

Obrigada por me darem asas, me permitirem sonhar e serem minhas raízes nas horas de desalento. Vocês traduzem amor.

Gratidão pelas oportunidades ímpares que a vida já me reservou.

À equipe do CREAS de Venâncio Aires pelo convívio e aprendizado. Obrigada por me tornarem mais humana e me permitirem crescer.

Gratidão aos colegas da graduação e aos doces encontros que os estágios em Psicologia me trouxeram. Aqueles com quem compartilho sorrisos e conhecimento.

Gratidão aos amigos, com quem compartilho a vida, afetos e companheirismo. Saibam que são meus irmãos de coração.

Gratidão a quem compartilho amor. Ao meu namorado, por confiar, amparar e compreender.

Gratidão aos mestres que contribuíram e ainda contribuem para a minha formação.

Obrigada à professora e orientadora Dulce Grasel Zacharias por acreditar neste projeto e por me inspirar diariamente no trabalho com famílias.

Obrigada à professora Letícia Saldanha de Lima por transmitir conhecimento e afeto em suas aulas.

Vocês me ensinaram que a Psicologia nos transforma em leitores e tradutores do sofrimento e nos possibilita devolver a autoria de muitas histórias, potencializando escritores.

Por fim, a todas as famílias que me permitiram conhecer suas histórias, reconhecer suas lutas, dificuldades e afetos. Muito obrigada!

*"Nós pedimos com insistência:
nunca digam: "Isso é natural!"
diante dos acontecimentos de cada dia (...)
Estranhem o que não for estranho (...)
Sintam-se perplexos ante o cotidiano (...)
Examinem o que parece habitual.*

Suplicamos, expressamente: não aceitem o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar."

[Bertolt Brecht]

RESUMO

Compreende-se que é no espaço da família que subjetividades são construídas e reconstruídas. Reconhecida como principal rede de apoio, cuidado e proteção, a família ocupa um papel central na sociedade. Na impossibilidade deste sistema em assegurar tal cuidado, cabe ao Estado garanti-lo através da aplicação de medidas protetivas, como o Acolhimento Institucional. Por tratar-se de uma medida excepcional e provisória, tem-se como objetivo o retorno da criança ao lar frente a mudanças no contexto familiar que possibilitem sua adequada reinserção. Desta forma, este estudo teve como objetivo resgatar estas experiências familiares, buscando compreender os significados atribuídos pelas famílias que tiveram filhos institucionalizados acerca da experiência do Acolhimento Institucional e os impactos do retorno gerados neste contexto. A partir de um estudo qualitativo e com a utilização de entrevistas semiestruturadas, foram entrevistadas cinco famílias com histórico de acolhimento institucional de crianças que, após a medida, retornaram ao contexto de origem. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bardin e, posteriormente, categorizados. Os resultados apontam que a experiência do acolhimento institucional foi retratada pelas famílias como positiva e como possibilidade de superação, uma vez que produziu uma conscientização acerca do desempenho dos papéis parentais. A reinserção familiar da criança foi percebida pelas famílias como um momento permeado por mudanças no sistema, refletidas, principalmente, nos relacionamentos entre os membros e com o filho reintegrado. Assim, a possibilidade de retorno da criança ao lar foi retratada como uma nova oportunidade para a família desempenhar seus papéis. Compreende-se a importância de novos estudos que considerem a implicação da família no contexto institucional.

Palavras chaves: Reinserção Familiar; Acolhimento Institucional; Família.

ABSTRACT

It is understood that it is in the family room which subjectivities are built and rebuilt. Recognized as primary network support, care and protection, the family occupies a central role in society. If this system can't ensure such care, is responsibility of the State guarantee it through the application of protective measures, such as Institutional Care. As this is an exceptional and temporary measure, it has as objective the child's return home to face the changes in the family context that will enable their proper reintegration. Therefore, this study aimed to rescue these family experiences, trying to understand the meanings attributed by families who had institutionalized children about the experience of the Institutional Care and the impacts of return produced in this context. From a qualitative study and with the use of semi-structured interviews, were interviewed five families with Institutional Care history of children who, after the measure, returned to the original context. Data were analyzed from the content analysis proposed by Bardin and subsequently categorized. The results show that the Institutional Care experience was portrayed by families as positive and as a possibility of overcoming, once produced an awareness of the performance of parental roles. The child's family reinsertion was perceived by families as a time permeated by changes in the system, reflected mainly in the relationships between the members and the son reinserted. Thus, the possibility of returning the child to the home was portrayed as a new opportunity for the family to play their roles. It is understood the importance of further studies to consider the involvement of the family in the institutional context.

Keywords: Family Reinsertion; Institutional Care; Family.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1 Família ou famílias? A singularidade do sistema diante da diversidade de suas configurações	12
2.2 Filhos do Estado: o Acolhimento Institucional de crianças no Brasil	14
2.3 Sobre a Reinserção Familiar	18
3 METODOLOGIA	23
3.1 Caracterização da Pesquisa	23
3.2 Caracterização dos Participantes	23
3.3 Instrumentos de Pesquisa	24
3.4 Procedimentos Metodológicos	24
3.5 Considerações Éticas	25
3.6 Análise de Dados	25
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	27
4.1 Quem são estas famílias?	27
4.2 Reflexões sobre papéis parentais	30
4.3 Saindo de Casa: motivos do Acolhimento Institucional e sentimentos gerados na família	32
4.4 Por onde andei: as trajetórias para reaver a guarda	36
4.5 Voltando pra casa: mudanças na família a partir do retorno dos filhos	41
4.6 Sob a ótica da família: significados e impactos do Acolhimento Institucional	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

Ao se propor uma discussão acerca da temática família, abre-se espaço para o reconhecimento da diversidade de suas configurações. Coloca-se de lado o termo singular para tratá-lo no plural: famílias no lugar de família. Isto implica o reconhecimento da singularidade de cada contexto, relação e dinâmica familiar. Para Sarti (2004), ao se deparar com este sistema faz-se necessário realizar um movimento de estranhamento, a fim de que um discurso normativo ou etnocêntrico não naturalize as relações familiares.

Silva e Seidl (2013) colocam que a família se caracteriza como uma linguagem por onde se traduz o mundo. É possível afirmar que no espaço da família subjetividades são construídas e reconstruídas. Enquanto produto do sistema social, à família é atribuído o papel fundamental de proteção e cuidado de seus membros. Espera-se que forneça suporte emocional e sirva de rede de apoio àqueles que a ela pertencem. Entretanto, vale salientar a complexidade dos relacionamentos que se estabelecem no âmbito familiar. Inúmeras vezes quem deveria prover apoio e cuidado é o principal gerador de angústias para o sujeito. Neste contexto, quando a família não consegue promover o cuidado e proteção indispensável ao desenvolvimento dos seus membros, rupturas podem ser evidenciadas e novos movimentos se mostram necessários.

Este cenário é retratado nas situações de acolhimento institucional de crianças e adolescentes cujos contextos familiares revelam violações de direitos, como: negligência, abandono, maus-tratos e demais formas de violência. O afastamento da criança da família de origem ocorre frente à impossibilidade dos responsáveis em promover um ambiente seguro e adequado que permita seu pleno desenvolvimento. Neste sentido, o acolhimento institucional refuta a ideia socialmente construída da família como instituição de proteção.

O caráter provisório desta medida aponta para a reinserção da criança ou adolescente à família de origem ou extensa, ou ainda, frente à impossibilidade, na colocação em família substituta (BRASIL, 1990). É neste vértice que a reinserção familiar passa a ser ponto de discussão. Para que o retorno da criança se efetive, mudanças na estrutura e nos modos de organização da família devem ser realizadas a fim de garantir um ambiente livre de violência ou situações que coloquem a criança em risco.

Inúmeras questões circunscrevem a saída e o retorno da criança ao lar e necessitam de visibilidade. Desta forma, este estudo teve como objetivo conhecer estas histórias a partir da ótica das famílias, buscando compreender os significados atribuídos por elas à experiência do acolhimento institucional e os impactos do retorno da criança gerados no contexto familiar. Buscou-se, ainda, compreender os fatores que determinaram a medida de proteção, os

movimentos realizados por este sistema para reaver a guarda e, principalmente, as possíveis mudanças observadas pela família a partir da reinserção da criança no lar.

A experiência do acolhimento institucional e a possibilidade de reinserção familiar resultarão em percepções e ações particulares para cada família. No entanto, narrar estas histórias e resgatar estas experiências permite problematizar os modos de subjetivação destas famílias, bem como dar visibilidade aos processos que se produzem neste sistema. O afastamento produzido por esta medida de proteção tende a gerar sofrimento tanto na criança quanto na família. Silva e Arpini (2013) referem que estas famílias contam com uma série de sofrimentos que nem sempre são compreendidos pelos profissionais. Ao longo da construção deste trabalho verificou-se uma escassez de estudos no contexto brasileiro que referissem acerca dos significados gerados neste sistema a partir do acolhimento institucional, bem como da reinserção familiar sob a ótica da família.

Fávero *et al.* (2008) descreve que conhecer as histórias de famílias com filhos abrigados se configura como uma oportunidade de compreendê-las a partir de seus relatos ou de conhecer outras versões de uma mesma história. Consequentemente, permite refletir sobre como são feitas generalizações tanto no senso comum quanto nos estudos científicos acerca destas famílias. Os autores acrescentam que tais generalizações podem refletir em estigmas quando enfatizam o fracasso das famílias ao exercer o cuidado dos filhos e não ressaltam suas potencialidades.

Mostra-se necessário indagarmos os reflexos desta medida protetiva no sistema familiar. Ao promover um debate sobre os interesses da família, possibilita-se dar voz às suas percepções, às formas que significam este processo e seus impactos nas relações intrafamiliares. Compreender estas famílias, suas necessidades, anseios e dificuldades contribui para pensar novas estratégias que favoreçam a reinserção familiar e problematizem o acolhimento institucional e seu efeito nas relações familiares.

Inicialmente, o projeto de pesquisa previa compreender essencialmente os impactos do retorno da criança institucionalizada à família de origem. Após a coleta de dados, observou-se nos conteúdos produzidos pelas entrevistas que, além dos impactos do retorno, o acolhimento institucional também provocou inúmeros significados para estas famílias e que os caminhos percorridos para reaver a guarda dos filhos foram permeados por diversos sentimentos, angústias e expectativas. Desta forma, mostrou-se premente compreender quem são essas famílias e como o acolhimento institucional e o retorno da criança incidiram sobre sua dinâmica.

O trabalho encontra-se dividido em capítulos que irão explanar as trajetórias construídas por cinco famílias sobre a saída e o retorno dos filhos ao lar por medida de proteção. O capítulo dois, que segue, buscou fundamentar de forma teórica, essencialmente, três pontos: o constructo família, o acolhimento institucional e a reinserção familiar. No capítulo três é apresentado o delineamento da metodologia de pesquisa e as trajetórias de investigação. No capítulo quatro se evidencia a análise e discussão dos dados, enlaçando os achados à teoria e pesquisas na área. E, por fim, no capítulo cinco são apresentadas as considerações finais do presente estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Família ou famílias? A singularidade do sistema diante da diversidade de suas configurações

Família ou famílias? Este questionamento se dirige à diversidade de arranjos familiares que ultrapassam a visão tradicional da família nuclear formada por pai, mãe e filhos. A organização e a estrutura familiar passaram por significativas mudanças e o afeto se mostra um elemento essencial que permeia a emergência destas relações. A família está constantemente sujeita a mudanças que advêm tanto de fatores internos quanto externos. Ao mesmo tempo, possui uma incrível capacidade de se adaptar e mudar enquanto mantém sua continuidade (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

A família é reconhecida a partir de uma diversidade de configurações e representações. Ela carrega a responsabilidade sobre as conquistas e fracassos de seus membros. Com frequência se verifica no senso comum que as causas primeiras das falhas ou sucessos do sujeito derivam do seu ambiente familiar. Tais representações se sustentam na importância atribuída a esta instituição ao longo da história.

Silveira e Yunes (2010) definem o conceito de família como polissêmico. Afirmam que em um nível mais restrito ela se refere a um núcleo familiar básico e em um nível mais amplo, se remete a um grupo de indivíduos que se vinculam a partir de laços consanguíneos, consensuais ou jurídicos. Maciel e Cruz (2009) acrescentam que uma das funções da família é garantir a unidade, a identidade social e um senso de pertencimento.

Seguindo a visão da terapia familiar estrutural, Minuchin, Lee e Simon (2008) definem família como um grupo de pessoas que estão conectadas de forma consanguínea ou por emoção e que, por ter vivido junto por determinado tempo, construiu padrões de interação e histórias que explicam seu funcionamento. São nestas interações que os membros também se constroem e desenvolvem um sentimento de pertencimento. Os autores salientam que os membros de uma família operam abaixo de suas possibilidades, existindo características do *self* que não são ativadas plenamente nos papéis desempenhados dentro da família. Neste sentido, Minuchin e Nichols (1995, p.41) acrescentam que “a estrutura de uma família não dita a maneira pela qual as pessoas funcionam. Mas ela realmente estabelece alguns limites, e organiza a maneira pela qual elas preferem funcionar”.

O papel da família é reconhecidamente central em nossa sociedade. Schütz (2014) reflete que a maneira como a família se estrutura está diretamente atrelada ao contexto sócio-histórico em que está inserida. Cúnico e Arpini (2013, p. 29) corroboram com tal afirmação

quando referem que “a família é um sistema complexo que está diretamente ligado aos processos de transformação histórica, social e cultural”. Desta forma, parece indissociável a relação entre família, sociedade e subjetividade.

Parte-se de uma visão de família que se encontra atrelada à possibilidade de prover base para o sujeito. Rizzini (2010) salienta que esta instituição tem sido idealizada como um sinônimo de afeto e pertencimento àqueles que a ela fazem parte. Logo, a família expressa uma função social ao mesmo tempo em que produz espaço para que o indivíduo se constitua enquanto sujeito, se reconhecendo no outro e construindo sua subjetividade. Embora outros contextos possam se mostrar transitórios, a família se apresenta como fundamental para o desenvolvimento do sujeito, servindo como um observatório social para o mesmo.

Para Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) o contexto familiar enseja um conjunto de implicações que se processam entre os indivíduos de maneira dinâmica. Há o envolvimento de reciprocidade, interdependência, recursividade, além de outros elementos que se mostram fundamentais para a constituição das subjetividades de seus membros. Wagner, Tronco e Armani (2011) acrescentam que o sistema familiar pode ser compreendido através das interações de um grupo de pessoas a partir de vínculos afetivos, consanguíneos, políticos, entre outros. Desta forma, estabelecem uma rede de comunicação em que há uma influência mútua entre os membros. Há presença de uma dinamicidade neste sistema que funciona a partir do estabelecimento de regras e acordos que garantem sua continuidade.

Visitada e revisitada sob a égide da evidência, a família se apresenta como foco para estudos e debates, especialmente no que concerne à influência deste ambiente para o desenvolvimento de seus membros. Devido à pluralidade das suas configurações, parte-se da premissa de que não há uma delimitação de parâmetros que consigam definir um conceito de família, bem como sua composição e funcionamento. Desta forma, Wagner, Tronco e Armani (2011) colocam que, cada vez mais, mostra-se necessária uma análise das famílias atuais.

Neste ponto, Osorio (2011) reflete que a discussão sobre a família na contemporaneidade se vincula a três formatos básicos: a família nuclear, a extensa e a abrangente. A família nuclear se constituiria em razão do tripé: pai, mãe e filhos. A família extensa seria constituída por membros com laços de parentesco em geral. Por sua vez, a família abrangente incluiria mesmo os não parentes que a coabitam. A pluralidade das configurações e estruturas familiares é uma característica marcante das formas de “ser” família na contemporaneidade.

Segundo Osorio (2011), a família contemporânea é marcada por um contexto de inúmeros atravessamentos, entre eles: a emancipação feminina, o reconhecimento dos direitos

das crianças e adolescentes, as mudanças e questionamentos na gerência familiar e na autoridade parental respectivamente. Além destes, reconhece-se alterações quanto às questões referentes à sexualidade e sua desvinculação com a função de procriar e a aceitação da homossexualidade; as separações conjugais e reconfigurações familiares como respostas às insatisfações matrimoniais; o aumento da expectativa de vida atrelado aos cuidados realizados por cuidadores mais velhos; a instabilidade econômica e seu reflexo na manutenção do lar; a maior preocupação dos pais com fracassos escolares; o incremento da cultura consumista e aumento da violência com ameaças à integridade dos membros; os avanços tecnológicos que impactaram nos hábitos domésticos e as modificações nos valores éticos da sociedade.

A partir do exposto, uma constatação é clara: ao longo da história, a família evoluiu e as transformações resultantes desta evolução é que garantiram a sua continuidade. Neste sentido, Osorio (2011, p. 26) salienta que “a família, na qual nada se perde, nada se cria, mas tudo se transforma, para que não pereça e siga, através dos tempos, sendo o continente adequado para acolher nossos anseios e ideais ao longo do périplo existencial, está hoje tão viva como sempre”.

As transformações no sistema familiar revelam a importância de resgatarmos suas peculiaridades e olharmos com mais atenção as idiosincrasias das diferentes formas de "ser" família. Proteção e cuidado são sinônimos socialmente construídos e idealizados para definir o papel da família. No entanto, estes aspectos podem se mostrar ausentes ou negligenciados em muitos contextos familiares. Cenários como este serão foco de discussão no tópico seguinte.

2.2 Filhos do Estado: o Acolhimento Institucional de crianças no Brasil

A presença de abusos, negligência e violência que podem se fazer presentes em muitos contextos familiares não se derivam exclusivamente das novas configurações deste sistema, visto que tais fenômenos sempre se fizeram presentes ao longo da história. Vitale (2006) lembra que a violência e o abuso sofridos neste âmbito podem se apresentar como impeditivos da convivência familiar. A autora ainda acrescenta que a violência presente neste cenário pode ser definida como um elemento tóxico das relações familiares.

Rosa *et al.* (2012) destacam a família como um microsistema de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Desta forma, a função primordial deste microsistema se sustenta na sua capacidade de prover segurança e proteção a fim de garantir tal desenvolvimento. Os autores acrescentam ainda que, na impossibilidade da família assegurar tal cuidado, cabe ao Estado garanti-lo através da aplicação de medidas

protetivas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 98 da Lei nº 8.069 de 1990 que dispõe sobre este estatuto estabelece que tais medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados por: ação ou omissão da sociedade e do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

Neste cenário de violação de direitos de crianças e adolescentes em contexto familiar, surgem as medidas de proteção, entre elas o acolhimento institucional. O ECA dispõe no § 1º do artigo 101 que o acolhimento institucional é uma medida provisória e excepcional, utilizável como transição para a reintegração familiar ou, frente à impossibilidade, na colocação da criança ou adolescente em família substituta (BRASIL, 1990). O acolhimento institucional desmistifica a família como espaço de proteção e cuidado à criança. Ao mesmo tempo, tem em sua prática uma matriz sócio-histórica de que é preciso que uma criança cresça em uma família estruturada na qual a mãe se apresenta como eixo central (ROSSETTI-FERREIRA *et al.*, 2012).

Rizzini *et al.* (2006) mencionam que historicamente as famílias pobres têm vivido o acolhimento institucional de seus filhos, refletindo a permanência do mito de que crianças de famílias pobres estariam melhor protegidas distantes de seus núcleos familiares, consideradas socialmente como famílias desestruturadas. Os autores ressaltam o fato de estas famílias serem retratadas como incapazes de criar e educar seus filhos. Referem ainda que o acolhimento institucional provoca uma punição tanto para a criança quanto para a família. Ao mesmo tempo em que a criança é retirada do seu lar, a família, já subestimada, é percebida e se percebe como incapaz.

Kreuz (2011) corrobora com tal afirmação quando salienta que, por muito tempo, a prática do acolhimento institucional de crianças foi aceita em nossa sociedade e, por isso, houve um processo de naturalização desta prática, principalmente no que confere ao acolhimento de crianças de famílias mais pobres. O acolhimento neste contexto se justificaria pela possibilidade de uma melhor educação para estas crianças, bem como ascensão social. Mello (2003) ao se referir às famílias de classes sociais mais baixas salienta a divergência de um modelo normativo de organização presente nos diversos sistemas familiares. Neste sentido, a autora afirma que não podemos falar em uma ausência de organização, mas um polimorfismo familiar. Mostra-se essencial ver as famílias como elas são e não como deveriam ser, pautados em modelos abstratos. Acerca deste aspecto, Silva e Seidl (2013) refletem que esta condição de privação de direitos que se deriva da pobreza atinge a todos à medida que produz uma banalização dos afetos, sentimentos e vínculos.

Rizzini *et al.* (2006) constata que no Brasil por volta do século XIX já se percebia a prática de encaminhar crianças pobres para instituições reconhecidas como “internatos de menores”. Rizzini e Rizzini (2004) salientam que a documentação histórica acerca da assistência a crianças no Brasil data os séculos XIX e XX e indica a pobreza como determinante para o encaminhamento dos filhos a instituições de acolhimento. A modalidade da Roda de Expostos surgida na Idade Média na Europa foi a única forma de assistência a recém-nascidos na época do Brasil Colonial, conforme indicado por Reis (2009). A prática tinha como intuito receber bebês deixados na Roda, mantendo o anonimato daquele que os abandonavam. Rizzini e Rizzini (2004, p.24) referem que “a criação das Rodas de Expostos evitou que bebês fossem abandonados nas ruas e nas portas das igrejas por mães que buscavam ocultar a desonra de gerar um filho ilegítimo, ou que não tinham condições de criá-lo”.

Reis (2009) sintetiza a assistência a crianças e adolescentes no Brasil destacando a criação em 1927 do primeiro código de menores. Certifica-se a lógica de cuidado higienista que atravessava os objetivos deste código. A situação de irregularidade daquele considerado “menor” era percebida como uma incompetência da família em criar os seus filhos, indicando um dever exclusivamente deste sistema na educação de crianças e adolescentes. Dando um salto para 1979, constata-se a criação de um novo código de menores com o objetivo de corrigir o que estava fora das normas e mencionando novamente a incapacidade dos pais de criar seus filhos e a culpabilização do sistema familiar. Rizzini e Rizzini (2004) ao referirem a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 destacam a perspectiva de proteção integral, no qual todas as crianças e adolescentes são detentores de direitos e deveres. O ECA irá definir que a proteção a crianças e adolescentes é responsabilidade tanto da família quanto da comunidade e do Estado e enfatiza o direito da criança de permanecer em seu contexto familiar e também comunitário, como evidenciado em seu artigo 19 (BRASIL, 1990).

Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) expõem que há no imaginário social traços de uma cultura que pretende manter viva a internação de crianças brasileiras por longos períodos de tempo. Esta prática se apresentaria como solução primeira para problemas que se apresentam tão antigos como atuais: abrigar quem se encontra em situação de vulnerabilidade social (carência de recursos materiais como emprego, renda, moradia, acesso a serviços básicos); abandono físico, afetivo e moral; presença de violência doméstica; orfandade; doença física ou mental dos pais ou responsáveis, entre outros aspectos.

Mostra-se importante destacar informações que retratam o acolhimento institucional atualmente. Entre 2009 e 2010 foi realizado o Levantamento Nacional de Serviços de Acolhimento (SAI) no Brasil, no qual 2.624 instituições de acolhimento foram pesquisadas. O objetivo deste levantamento foi traçar um retrato destas instituições. Em 2011 o Levantamento Nacional de SAI foi concluído e revelou a existência de 36.929 crianças e adolescentes acolhidos no Brasil. Deste total, 52,3% são meninos e 47,7% são meninas. 41,1% são referidos institucionalmente como de cor branca, 18,9% como pretos, 38,7% como pardos; 0,3% como amarelos e 0,4% como de etnia indígena (ASSIS; FARIAS, 2013).

Constantino, Assis e Mesquita (2013) acerca dos dados obtidos no Levantamento Nacional apontam que a região Sudeste apresenta o maior percentual de crianças e adolescentes acolhidos, em torno de 58,8%. Na região Sul encontram-se 22,5%, correspondente a 8.324 acolhidos. Juntos, Sudeste e Sul possuem as maiores proporções de crianças e adolescentes acolhidos, aproximadamente 81,3%. Além disso, a idade média dos acolhidos no Brasil é de crianças em torno de 9,3 anos.

Em pesquisa realizada com famílias que tiveram os filhos abrigados, Azôr e Vettore (2008) referem que o processo de institucionalização caracteriza-se como uma somatória de fatores que envolvem desde o pertencimento das famílias às esferas mais inferiores em termos econômicos até fatores de adoecimento psíquico (abuso de álcool e drogas). As autoras salientam que ao longo da trajetória familiar estes fatores se inter-relacionaram e desestruturaram uma organização familiar que já se mostrava enfraquecida. A união destes fatores culminou com o afastamento da criança do ambiente familiar como medida de proteção. Desta forma, o acolhimento institucional de crianças e adolescentes é multifatorial (AZÔR; VECTORE, 2008).

Kreuz (2011) afirma que o acolhimento institucional representa o fracasso de outras medidas de proteção tanto à criança e ao adolescente quanto à família. Além da violência, maus-tratos e negligência, o autor menciona outros motivos que podem levar à institucionalização da criança, a exemplo situações de vulnerabilidade social. Desta forma, a falta de escola, moradia, bem como o acesso a serviços básicos também podem ser considerados fatores de risco a crianças e adolescentes. Cassab e Fante (2007) destacam que a institucionalização não pode ser considerada um exemplo de família, mas deve ser encarada como um difícil atalho que promoverá tempo para que famílias em situação de vulnerabilidade e abandonadas pelas políticas sociais de proteção possam se reestruturar.

Mello (2003, p. 58) alerta para a necessidade de olhar com atenção as condições em que vivem estas famílias a fim de compreender a inevitabilidade de muitos conflitos. A autora

também ressalta a importância de “não confundir a violência dos conflitos que atingem estas famílias com a desorganização, porque estaríamos formulando juízos de valor que têm a nossa experiência pessoal e de classe como base de representação”. Desta forma, a compreensão de família está pautada na diversidade, visto que não são idênticas. Para que se possa entender de que família se fala, se faz necessário conhecer o contexto no qual está inserida, tendo em vista que as práticas e discursos sociais também incidem sobre sua dinâmica e sobre o processo de subjetivação de seus membros.

Arpini e Quintana (2009) salientam que no período em que a criança encontra-se acolhida em abrigo deve-se deixar claro para a família que a sua retirada do lar não é definitiva, mas será um período no qual a família poderá rever as falhas e reorganizar-se. Silva (2009) refere que as situações de violência intrafamiliar requerem o rompimento do ciclo de violência, bem como mudança na dinâmica das relações que vinham ocorrendo entre os membros familiares.

Cabe ressaltar que o ECA preconiza o direito à convivência familiar e comunitária da criança. Frente à violação de seus direitos fundamentais, a criança pode ser retirada da família de origem como forma de proteção, mas o acolhimento deve se constituir como a última medida, devendo-se considerar as possibilidades da criança em permanecer na rede familiar ou social (BRASIL, 1990). O direito à convivência familiar e comunitária é definido por Rizzini *et al.* (2006) como o direito da criança ao pertencimento de seu meio.

O acolhimento institucional enquanto medida protetiva, como já destacado, tem caráter provisório e excepcional. O período em que a criança permanece distante da família pode mobilizar este sistema no sentido de uma nova organização, diferente daquela que vinha realizando a fim de garantir o retorno da criança. É sobre a reinserção familiar que passar-se-á a discutir a seguir.

2.3 Sobre a Reinserção Familiar

O processo que ocorre a partir da saída da criança ou adolescente de um abrigo e seu retorno à família (de origem, extensa ou substituta) se define, entre outras expressões, como reinserção familiar. Pode-se inferir que foi a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que a temática da reinserção familiar de crianças e adolescentes abrigados começou a ganhar espaço em estudos e debates (SIQUEIRA *et al.*, 2010). Entretanto, os autores revelam uma carência no campo científico acerca desta temática em nosso país, visto que passou a ser alvo de estudos recentemente.

A reinserção da criança ou adolescente à família é um momento permeado de incertezas e expectativas, mostrando-se também decisivo para delinear a trajetória da criança e da família. Bento (2010) afirma que na prática cotidiana em instituições de acolhimento percebe-se, com frequência, carência de rigor e, também, certa fragilidade no processo de preparação para a reintegração no contexto familiar.

Rocha, Arpini e Savegnago (2015b) refletem que este processo se caracteriza como um resgate da história de vida e dos vínculos da criança com a família. Ladvoat (2011) utiliza o termo reintegração familiar e afirma que este trabalho não se realiza em uma atitude única de entrega da criança a sua família. Trata-se de um processo em etapas que, para se obter êxito, precisam ser respeitadas. A autora ressalta a necessidade de um trabalho efetivo com estas famílias e que se busque compreender o relacionamento desta criança com os membros familiares e com a rua. Rocha, Arpini e Savegnago (2015b) ponderam que o acompanhamento destas famílias pode evitar uma reinserção infrutífera e os reflexos negativos como uma nova quebra de vínculos.

Silva e Nunes (2004) citam que o retorno do jovem à família se apresenta como uma etapa delicada, especialmente nos casos de maus-tratos. Observam que no lar, geralmente, permanecem muitos dos problemas que levaram ao acolhimento institucional, bem como o rompimento dos vínculos familiares. Azôr e Vectore (2008) corroboram com tal afirmação e acrescentam que o período após o abrigamento apresenta-se repleto de dificuldades, inclusive de recursos materiais da família (falta de conforto das moradias, despesas com alimentação, entre outros fatores).

Siqueira e Dell'Aglio (2007) salientam que as visitas frequentes dos pais à instituição de acolhimento se destacam como um fator relevante para a efetivação da reinserção familiar e em muitos casos aumentam as chances do retorno da criança ao lar. Rocha, Arpini e Savegnago (2015b) também concordam com esta posição quando citam a importância da aproximação entre família e instituição, que pode se dar através de visitas, entrevistas ou grupos. Estes dispositivos devem se configurar como espaços para discussões acerca dos motivos do acolhimento com vistas a retirar o caráter punitivo muitas vezes imbuído neste processo.

Neste contexto, Ladvoat (2011) menciona as fases necessárias no processo de reinserção de crianças e adolescentes à família de origem, quais sejam:

- Pré-integração: os profissionais buscam conhecer a motivação para a reintegração, além dos aspectos históricos, sociais, psicológicos e jurídicos que circundam o caso. É imprescindível a compreensão acerca da história da família, bem como sua constituição e trajetória;

- Reintegração: trata-se do retorno efetivo à família. Presume-se que tanto a criança quanto a família já se mostram preparadas e é consentânea a vontade para esta nova fase de convivência;
- Pós-reintegração: requer nesta fase o aprofundamento da interação familiar, bem como a adaptação e aceitação mútua entre os membros. Tem-se em vista um reordenamento da rotina familiar.

Siqueira e Dell'Aglio (2007) salientam que mesmo que a medida protetiva seja inevitável, deve-se trabalhar sob a perspectiva da manutenção dos vínculos familiares e de uma rápida reintegração familiar. As autoras alertam ainda que o direito à convivência familiar não tem sido garantido no que tange às famílias mais pobres. Neste sentido, Rosa *et al.* (2012) indicam a ineficiência do Estado no que se refere à promoção da reinserção familiar de crianças abrigadas.

Em 2004 um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que as maiores dificuldades para a reinserção de crianças e adolescentes às suas famílias de origem se relacionavam aos seguintes fatores: precárias condições socioeconômicas; fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar e a ausência de políticas públicas voltadas para a reestruturação familiar (SILVA, 2004). Neste contexto, Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) afirmam que o retorno das crianças e adolescentes ao lar está atrelado, entre outros fatores, à capacidade de profissionais e autoridades de se mostrarem sensíveis às demandas de atenção e afeto nos cuidados destinados à criança e ao adolescente na instituição. Segundo as autoras, faz-se necessária também a adoção de um olhar crítico frente aos preconceitos sociais e julgamentos morais que costumam gerar uma visão superficial, por vezes equivocada e discriminatória das suscetibilidades familiares e individuais. Segundo Maciel e Cruz (2009), reduzir possibilidade não se mostra como a melhor opção. Por isso, promover entendimentos diferenciados apresenta-se como uma escolha acertada e ética para as relações familiares.

Cavalcante, Silva e Magalhães (2010) alertam que o desligamento do abrigo e o retorno à família podem se dar sob circunstâncias pouco satisfatórias. Pode ocorrer das situações que levaram ao abrigamento não terem sido superadas efetivamente. Kreuz (2011) complementa que o Estado pode intervir no sentido de promover condições para que os pais ou responsáveis pela criança exerçam suas responsabilidades, mas não pode cobrar que os mesmos desenvolvam afeto por seus filhos, mesmo a afetividade sendo um direito à criança.

Arpini e Quintana (2009) através da experiência de trabalho com instituições de abrigo constataram que muitas famílias são produtoras de sofrimento em seus filhos, seja por terem

cometido excessos ou por deixarem faltar o que se consideraria fundamental para seu desenvolvimento. Os autores não consideram que tal sofrimento e desamparo deva se perpetuar, pois não se deve considerar que a família está acima de qualquer avaliação. Acrescentam que “há crianças e adolescentes que só se desenvolveram, sobreviveram e tiveram direito a um projeto de vida, porque estiveram abrigadas” (ARPINI; QUINTANA, 2009, p. 15).

Entretanto, não se pode negar a presença de sofrimento, sentimentos de impotência e fracasso nos familiares de crianças institucionalizadas. Arpini e Quintana (2009) apontam para a necessidade de acolhimento destes sentimentos e que a superação dos mesmos constitui o trabalho de retorno destas crianças ao lar. Maciel e Cruz (2009, p. 47) referem que “a saúde da família depende da interação entre os conflitos por ela vivenciados e de como essa família se organiza para resolver seus conflitos”.

Percebe-se a necessidade de compreender o que se passa nestas famílias, em especial com estes pais e o que sustenta tais interações com os filhos. Conforme salientam Silva e Nunes (2004) este tipo de interação provoca uma inversão das funções da família: de protetora à agressora. Silva (2009) afirma que frente à presença de violência no interior dos conflitos familiares, a destruição do amparo, amor, bem como autoestima, atingem a todos, inclusive o agressor.

Em pesquisa realizada no estado de São Paulo, Fávero *et al.* (2008) referem que das famílias que tiveram seus filhos abrigados, 98% manifestaram intenção em ter a criança ou adolescente de volta ao lar e 65% consideraram como “ruim” a institucionalização, quando questionadas sobre suas percepções acerca da medida protetiva. Destes 65%, 8% manifestaram medo dos filhos serem colocados em famílias substitutas. Muitas das famílias participantes do estudo supracitado relataram ter consciência de que a condição financeira precária influencia a vida de seus membros, especialmente filhos, netos e sobrinhos. Entretanto, não visualizam possibilidades de mudança da atual situação, referindo dificuldades quanto ao mercado de trabalho. Embora a pobreza não possa ser considerada motivo para acolhimento institucional, tem se destacado como fator para a saída da criança do lar e, em muitos casos, como obstáculo para o retorno à família de origem, conforme salientam Siqueira e Dell’Aglia (2007).

Fávero *et al.* (2008, p. 119) relatam ainda que estas famílias “muitas vezes se sentem incapazes de cuidar das crianças e/ou adolescentes e, apesar de desejarem tê-los de volta, várias reconheceram que “é bom” que estejam abrigados, porque assim estão tendo melhores condições de vida.”. As autoras enfatizam a necessidade de se considerar a imensa

desigualdade social e a não-universalização do acesso a direitos sociais no que tange à institucionalização, os motivos do acolhimento e as perspectivas de retorno da criança ao lar a partir da ótica da família.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Este estudo se constituiu como uma pesquisa qualitativa. Para tanto, construíram-se trajetórias de investigação que contemplassem a maneira como os participantes – neste caso, as famílias – significaram a experiência do acolhimento institucional e seus impactos a partir do retorno das crianças ao lar. Segundo Minayo e Guerriero (2014, p.1105) a pesquisa qualitativa tem como objetivo “compreender o sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opiniões e crenças”.

O paradigma qualitativo demonstrou adequação a este estudo à medida que ofereceu subsídios para compreender as percepções dos participantes, favorecendo a interpretação dos fenômenos pesquisados. Alves-Mazzotti e Gewandsnajder (1999) refletem que o foco e o design das pesquisas qualitativas devem emergir por um processo de indução, através do conhecimento do contexto. Isto se deve ao fato de que a realidade é múltipla e não é possível defini-la *a priori*, não podendo apreender seu significado.

Para Godoy (1995, p. 62), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. É importante salientar que esta metodologia se caracteriza por perceber os participantes de uma forma integral e holística, compreendendo-os como um todo que não pode ser reduzido a variáveis.

Cabe ressaltar que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul sob CAAE nº 50943015.2.0000.5343, em 25 de novembro de 2015.

3.2 Caracterização dos participantes

Os participantes desta pesquisa foram escolhidos de forma intencional e contemplaram os seguintes critérios: famílias com histórico de acolhimento institucional de crianças (na faixa etária entre zero e doze anos na época do acolhimento) que, após a medida protetiva, retornaram ao lar; famílias que estiveram vinculadas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul durante o acolhimento institucional ou após a reinserção da criança ao lar. A escolha deste critério se justifica por tratar-se de um serviço que acompanha o processo de reinserção familiar de crianças institucionalizadas no município supracitado.

Quanto ao número de participantes, foram entrevistadas cinco famílias, totalizando seis pessoas. O estudo considerou como família os responsáveis pela criança antes e após a

medida protetiva, os quais poderiam ser: pais, pai ou mãe, avós, avó ou avô, parentes ou ainda, indivíduos que possuíssem a guarda legal da criança, mesmo não havendo vínculo consanguíneo.

3.3 Instrumentos de pesquisa

A coleta de dados deste trabalho foi realizada através de entrevistas semiestruturadas. Entretanto, para caracterizar as famílias entrevistadas, optou-se por realizar inicialmente um breve levantamento de dados como: tipo de família, idade dos responsáveis, profissão, grau de instrução, número e idade dos filhos acolhidos, período de permanência na instituição e a presença ou não de histórico de acolhimento na família. Gil (2008, p.56) cita que a partir de levantamentos se viabiliza que uma quantidade considerável de dados sobre os sujeitos sejam obtidos.

Na entrevista semiestruturada ou semidirigida se utilizam perguntas mais abertas. Segundo Fontanella, Campos e Turato (2006), a entrevista proposta na pesquisa qualitativa pode ser definida como um encontro interpessoal a fim de obter informações verbais ou mesmo escritas, mas de uma maneira não-dirigida, o que implica em gerar novos conhecimentos sobre as vivências humanas. Madureira e Branco (2001, p. 73) corroboram com esta posição quando refletem que a entrevista também possibilita a valorização do singular, à medida que o reconhece como campo produtivo de investigação e desenvolvimento teórico de conhecimento.

As entrevistas utilizadas como instrumento de investigação deste estudo foram elaboradas pela autora e realizadas com os responsáveis pela criança. Nas entrevistas foram abordadas questões acerca dos fatores que influenciaram o acolhimento institucional, as ações realizadas pela família para reaver a guarda dos filhos e as possíveis mudanças e significados gerados neste sistema a partir do retorno das crianças ao lar.

3.4 Procedimentos Metodológicos

A viabilidade deste estudo contou com o apoio de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, por tratar-se de um serviço que realiza atendimento às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, bem como no que compete à reinserção familiar destes sujeitos. O interesse de pesquisa centrou-se nos usuários vinculados em algum momento a esta instituição. Desta forma, o local avalizou a concordância com o estudo proposto, através da assinatura de uma carta de apresentação fornecida pela pesquisadora. A concordância com a

pesquisa implicou no fornecimento do contato telefônico das famílias que se enquadravam aos critérios deste estudo.

Após contato com os participantes acerca do interesse em colaborar com a pesquisa, foram agendadas as entrevistas. Tais entrevistas foram gravadas a partir de aparelho eletrônico e, posteriormente, foram transcritas de maneira literal e submetidas à análise.

3.5 Considerações éticas

Os participantes desta pesquisa foram informados sobre os objetivos do estudo e procedimentos metodológicos e receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente ao início de sua participação, sendo que todos os cuidados éticos foram observados. A fim de garantir a confidencialidade das informações, os participantes foram identificados ao longo do trabalho com siglas. Cabe salientar que o material coletado será preservado pelo período de 03 anos e após será descartado.

3.6 Análise de Dados

Quanto à natureza das informações e levando em consideração a percepção dos sujeitos em relação ao tema discutido neste estudo, os dados foram organizados através da *análise de conteúdo*. Este método de análise dos dados é uma proposta de Bardin e se caracteriza pelo conteúdo do que é comunicado, isto é, da materialidade linguística, como conceituam Caregnato e Mutti (2006). Segundo Bardin (1977, p. 38) “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”. Os saberes que são deduzidos dos conteúdos podem ser de natureza psicológica, histórica, sociológica, entre outros.

Bardin (1977) destaca as diferentes fases da análise de conteúdo: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A primeira fase – pré-análise – se constitui como uma fase de organização que objetiva sistematizar as ideias iniciais. Nesta fase há possibilidade de utilização de vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, objetivos, elaboração de indicadores que podem fundamentar a interpretação.

A segunda fase se refere à exploração do material. Esta fase consiste na codificação dos dados a partir dos registros. Conforme indica Bardin, a codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos em unidades que possibilitam a descrição das características pertinentes ao conteúdo. A terceira fase se realiza a categorização ou classificação dos

elementos conforme semelhança ou diferença e posteriormente parte-se para a realização de um reagrupamento daquelas características em comum. É nesta fase que os resultados se tornam falantes e significativos (BARDIN, 1977).

Considerando como técnica utilizada neste trabalho a Análise de Conteúdo de Bardin, após realizar uma leitura individual de cada entrevista, foram encontrados aspectos frequentes contidos nas falas de cada família. Após identificados os aspectos comuns entre as narrativas, realizou-se um agrupamento em categorias a fim de classificar e compreender as falas de acordo com seus conteúdos. As categorias de análise e as discussões encontram-se no capítulo seguinte.

Cabe ressaltar que as entrevistas com as famílias foram gravadas e transcritas na íntegra e as falas estão identificadas com os números de 1 a 5 optando pela letra F (maiúscula). Quando mencionado pelas famílias acerca dos filhos que foram institucionalizados, os mesmos estão identificados também com numerais optando pela letra f (minúscula).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os dados encontrados a partir das entrevistas realizadas com cinco famílias que tiveram seus filhos acolhidos institucionalmente e que retornaram ao lar. Buscou-se compreender a forma como as famílias significaram esta experiência e os impactos deste retorno no sistema familiar.

Com base nos conteúdos das entrevistas traçou-se seis categorias de análise, quais sejam: "*Quem são estas famílias?*"; "*Reflexões sobre papéis parentais*"; "*Saindo de casa: motivos do acolhimento e sentimentos gerados na família*"; "*Por onde andei: as trajetórias para reaver a guarda*"; "*Voltando pra casa: mudanças na família a partir do retorno dos filhos*"; "*Sob a ótica da família: significados e impactos do Acolhimento Institucional*". As discussões que seguem nas categorias foram analisadas à luz de teorias e pesquisas que discorrem sobre o tema deste trabalho e baseadas nas falas retiradas das entrevistas.

4.1 Quem são estas famílias?

Para que possamos compreender e analisar os dados encontrados, faz-se necessário identificar quem são as famílias a quem nos dirigimos ao longo deste trabalho. Para tanto, a partir das entrevistas objetivou-se coletar informações que pudessem identificar a realidade de cada família, repetindo suas particularidades e compreendendo sua dinâmica.

F1: Família adotiva, monoparental. Mãe tem trinta e nove anos e pai é ausente. A mãe, que detém a gerência familiar, trabalha com Serviços Gerais (trabalho formal), mesma atividade que realizava na época da institucionalização da filha. Quanto ao grau de instrução, tem Ensino Fundamental Incompleto. Possui cinco filhos, sendo que dois residem com ela. Um dos filhos passou por acolhimento institucional aos sete anos de idade. O período de institucionalização da criança foi de dois meses. A família não apresenta histórico de acolhimento institucional de outros filhos ou na família de origem.

F2: Família reconstituída atualmente. Mãe tem quarenta e cinco anos e o pai encontra-se preso, devido ao motivo do acolhimento dos filhos (abuso sexual). O companheiro com quem convive não aceitou participar da pesquisa. A mãe trabalhava como cuidadora de idosos (trabalho informal) na época da institucionalização dos filhos e, atualmente, é beneficiária do BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) à pessoa com deficiência (devido à deficiência intelectual, conforme aponta). A mãe possui Ensino Médio Incompleto. Possui três filhos do primeiro casamento, sendo que ambos residem com ela. Os três filhos passaram por acolhimento institucional, na época com doze, onze e quatorze anos respectivamente. O período de institucionalização foi diferente para cada filho: cinco meses

(filho de doze anos), um ano (filho de onze anos), oito meses (filho de quatorze anos). A família apresenta histórico de acolhimento institucional na família de origem da genitora.

F3: Família monoparental, em que a mãe detém a gerência familiar. A mãe tem trinta e sete anos e o pai é ausente. Na época da institucionalização do filho trabalhava como profissional do sexo e, atualmente, é beneficiária do BPC à pessoa com deficiência (transtorno em decorrência do uso de substâncias psicoativas, conforme aponta). Possui Ensino Fundamental Incompleto. Tem dois filhos e ambos residem com ela, sendo que um deles passou por acolhimento institucional, na época com dois anos de idade. O período de institucionalização foi de aproximadamente seis meses. A família não apresenta histórico de acolhimento institucional de outros filhos ou na família de origem.

F4: Família nuclear consanguínea. A mãe tem vinte e sete anos e o pai tem trinta e sete anos. O pai é auxiliar de serviços industriais (trabalho formal), mesma atividade que desenvolvia quando o filho foi institucionalizado. A mãe já era beneficiária do BPC à pessoa com deficiência (deficiência intelectual) antes do acolhimento institucional. O pai e a mãe possuem Ensino Fundamental Incompleto, tendo a mãe frequentado a Educação Especial. O casal possui uma filha juntos que reside com eles, enquanto a mãe possui outro filho de um relacionamento anterior. A família teve a única filha acolhida quando ela estava com dois anos de idade. O período de institucionalização foi de dois meses. A família apresenta histórico de acolhimento institucional do filho do primeiro casamento da genitora que, atualmente, está sob a guarda de sua irmã.

F5: Família monoparental em que a mãe detém a gerência familiar. A mãe tem quarenta e cinco anos e o pai é ausente. Na época da institucionalização das filhas estava envolvida com tráfico de drogas. Atualmente, se encontra desempregada. Possui Ensino Fundamental Incompleto. A mãe possui onze filhos, sendo cinco do primeiro relacionamento e seis do segundo. Atualmente, três filhos residem com ela. Cinco filhos foram acolhidos institucionalmente, sendo que três foram adotados. Desta forma, para esta pesquisa foi contabilizado o número de filhos que foram institucionalizados e retornaram para a família: duas filhas. As duas passaram em dois momentos diferentes pelo acolhimento institucional. No primeiro acolhimento estavam com cinco e três anos de idade e permaneceram acolhidas por oito meses. O segundo acolhimento teve duração de cinco meses. Como já mencionado, a família possui histórico de acolhimento institucional de outros filhos.

Os dados que compõem esta categoria expressam características relevantes acerca das famílias entrevistadas. Quanto à configuração familiar presente no retorno dos filhos e que permanece atualmente, certifica-se que, entre as cinco famílias, três se configuraram como

monoparentais em que a mãe detinha a gerência familiar (F1, F3 e F5). A ausência paterna parece constituir a realidade destas famílias, visto que em quatro delas os filhos que foram institucionalizados não possuem contato com a figura paterna. Na família F2 embora reconstituída, o pai biológico se mostrava ausente por estar preso devido ao crime praticado contra um de seus filhos.

Azôr e Vectore (2008) em estudo realizado com famílias com filhos institucionalizados também se depararam com a ausência da figura paterna. Fávero *et al.* (2008) em pesquisa realizada nesta temática também constataram que a presença da mulher-mãe se mostra marcante nestas famílias. Os autores salientam que mesmo em condições difíceis os cuidados pelos filhos permanecem sendo assumidos de forma majoritária pela mulher. Cúnico e Arpini (2014) concordam com tal posição quando ressaltam que as transformações da família têm indicado a monoparentalidade feminina como uma configuração cada vez mais frequente.

Quanto à idade dos responsáveis, a média encontrada entre as cinco famílias entrevistadas foi de 39,5 anos. No que se refere ao grau de instrução, verificou-se que nestas famílias predominava o Ensino Fundamental Incompleto (quatro das cinco famílias), o que caracteriza a baixa escolarização dos pais. Siqueira *et al.* (2010) em estudo sobre a reinserção familiar de adolescentes também constatou a baixa escolaridade presente nas famílias de origem destes adolescentes, o que indica que tal fenômeno pode se mostrar presente em famílias que passam por medida de proteção.

Costa, Cavalcante e Pontes (2015) salientam o fato de que poucos estudos têm buscado compreender os padrões de comportamento das famílias com crianças institucionalizadas. Os autores salientam para o consenso na literatura de que estas famílias se encontram, geralmente, em situação de vulnerabilidade social. A baixa escolaridade, o desemprego ou trabalho informal também retratam a realidade destes contextos.

Com relação à profissão dos responsáveis, apenas duas famílias relataram o vínculo trabalhista formal. O trabalho informal neste período caracterizava a realidade de três famílias, sendo que a prostituição e o tráfico de drogas foram descritos por duas famílias como fonte de renda. Estas características podem retratar o cenário de dificuldades financeiras das famílias entrevistadas. O fato de três famílias receberem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social revela tanto a situação de vulnerabilidade social quanto a presença de doença mental nestes contextos familiares. Siqueira *et al.* (2010) também constatou em pesquisa que as famílias de origem de adolescentes institucionalizados apresentavam dificuldades financeiras e a presença de doença mental. Silva (2004) revela que

a pobreza pode levar ao aumento de situações de vulnerabilidade social e pode potencializar outros fatores de risco como abandono, negligência e violência.

Após a reinserção do filho, duas famílias passaram a ser assistidas pelo BPC, totalizando três famílias beneficiárias. Duas famílias permaneceram em trabalho formal e uma encontrava-se na época da entrevista em situação de desemprego. Observa-se que após a reinserção dos filhos, as duas famílias que referiram a prostituição e o tráfico de drogas deixaram de exercê-los.

No que se refere ao número de filhos das famílias entrevistadas, a média encontrada foi de 4,4 filhos, sendo que a família F4 possuía um filho enquanto a F5, onze filhos. Das cinco famílias entrevistadas, três tiveram um filho que foi institucionalizado e retornou ao lar e duas tiveram respectivamente três e dois filhos. A respeito da idade dos filhos na época da institucionalização, certifica-se que a idade mínima encontrada foi de dois anos e a máxima de quatorze anos. O Levantamento Nacional realizado entre 2009 e 2010 expôs que a idade média de 9,3 anos das crianças institucionalizadas em todo o país (CONSTANTINO; ASSIS; MESQUITA, 2013).

Quanto ao período de institucionalização dos filhos, verificou-se que o tempo mínimo em que a criança permaneceu acolhida foi de dois meses e o período máximo de um ano. Constantino, Assis e Mesquita (2013) salientam que o período médio em que crianças e adolescentes permanecem institucionalizados no país é de 24, 2 meses.

Das cinco famílias entrevistadas, três referiram histórico de acolhimento presente na família natural, dois através do acolhimento e adoção de outros filhos e uma sobre histórico de acolhimento na família de origem. Neste estudo, houve presença de uma família que teve seus filhos acolhidos em dois momentos diferentes, enquanto que duas famílias não referiram histórico de acolhimento institucional. Pode-se inferir uma repetição do fenômeno da institucionalização a partir dos casos apresentados.

Costa, Cavalcante e Pontes (2015) retratam um cenário de invisibilidade das famílias com filhos institucionalizados, uma vez que ressaltam a carência de produção acadêmica que considerem as famílias no contexto do acolhimento institucional. As dificuldades encontradas por estas famílias para o exercício da função de proteção, muitas vezes não são reconhecidas pelas instituições que as acompanham, necessitando apoio nestes aspectos.

4.2 Reflexões sobre papéis parentais

Wagner, Tronco e Armani (2011) definem papéis como a forma encontrada por cada membro para desempenhar a função que lhe compete em determinado momento e contexto

dentro do sistema familiar. Neste sentido, a partir das entrevistas realizadas constata-se a forma como as famílias percebiam o desempenho de seus papéis antes da saída das crianças, como evidenciado nas seguintes falas: *“Eu trabalhava de noite, comprava as coisinhas boas, comprava iogurte, eles tinham TV, escola, tinham roupa, sabe? [...] Não tinha luxo, mas eles tinham roupa, tinham comida, não passavam trabalho. Da minha parte tinha.”* (Mãe, F2). *“Eu botava as coisas pra dentro de casa, mas eu não tinha ânimo de trocar uma fralda, de dar um banho nas crianças e tudo [...] Eu achava que eu tava sendo uma boa mãe, mas que nem eu te disse, naquela maneira, assim, de eu não deixar faltar nada.”* (Mãe, F5). *“Eu sempre procurei dar tudo que elas precisavam. O que eu podia dar pra elas, eu procurei dar, sabe?”* (Mãe, F1). Nestas narrativas analisa-se que suprir as carências materiais dos filhos se constituía como fator determinante para caracterizar o desempenho de seus papéis maternos. Observa-se que as famílias se importavam com seus filhos, diferente do que uma visão estigmatizadora poderia supor acerca das famílias que vivenciam a experiência do acolhimento institucional.

Ao mesmo tempo, a dificuldade de promover atenção aos filhos antes de serem institucionalizados também foi percebida pelas famílias no desempenho de seus papéis, como exposto por F3, que associou seus comportamentos aos efeitos produzidos pelo uso de drogas: *“Quando eu vinha, eu até tentava brincar com ele, mas eu tinha vergonha. Eu chegava transformada, então eu até evitava contato, porque eu não queria que eles me vissem assim.”* (Mãe). *“[...] delas me pedirem dinheiro pra comprar tal coisa e eu dar. Mas não era isso que elas queriam, elas pediam uma atenção que eu não tava dando.”* (Mãe, F5). Nestes discursos é possível ponderar que as famílias entrevistadas possuíam a compreensão de que o cuidado e atenção com filhos eram importantes, mas que não estavam conseguindo proporcioná-los, embora compreendessem a necessidade.

As narrativas apresentadas corroboram com os achados de Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) em pesquisa realizada com famílias de crianças reintegradas, no qual notaram que os filhos ocupavam um lugar na família e na relação com suas mães. Embora elas não estivessem conseguindo desempenhar de modo satisfatório seus papéis maternos, o sentimento destas mães pelos filhos existia.

As narrativas dos entrevistados também indicam o fenômeno da transgeracionalidade, no qual as práticas parentais das famílias de origem podem ter sido repetidas e reproduzidas na família atual, como foi expresso na fala de F1 que teve o filho acolhido devido a maus-tratos praticados pela mãe e que, em sua família de origem, presenciou um ambiente de violência: *“Minha mãe era a melhor mãe do mundo, mas meu pai bebia e não podia me ver*

que queria me bater, me espancar.” (Mãe, F1). Wagner, Tronco e Armani (2011) definem o conceito de transgeracionalidade como um conjunto de aspectos que podem se repetir através de gerações nas histórias das famílias. Falcke e Wagner (2014) ponderam que isso acontece porque o sujeito constrói a sua identidade a partir do legado familiar, que definirá o lugar que irá assumir na família. As autoras acrescentam, que de forma figurativa “é como se todas as pessoas tivessem vozes familiares gravadas no seu interior” (p.26).

Albuquerque e Alves (2016) complementam afirmando que, através das transmissões transgeracionais, as famílias repassam aos membros crenças, mitos, valores e padrões. Os autores acrescentam que “essa transmissão repetitiva de padrões mal adaptados é que perpetua a existência de transtornos dentro das famílias, repetindo a cada geração um sofrimento já experimentado por outros desta mesma família.” (p.46). Falcke e Wagner (2014) indicam que o fenômeno da transgeracionalidade tende a acontecer em períodos específicos no ciclo de vida familiar, relacionando-se, principalmente, a períodos de crise, no qual se verifica maior estresse na família.

A família F2 referiu histórico de acolhimento institucional em sua família de origem, o que pode indicar que as dificuldades encontradas para suprir os cuidados com os filhos também estavam presentes na família de origem: “[...] *minha mãe foi criada pelos outros, que nem eu [...] Então, tu vê, a minha família já vem com a turbulência faz bastante tempo.*” (Mãe, F2). A família F5 menciona a negligência da mãe e ausência do pai em sua família de origem: “*Minha mãe nunca me deu bola e meu pai eu vi duas, três vezes. Eu nunca tive uma estrutura de família, sabe?*” (Mãe, F5). Siqueira e Dell’Aglío (2007) refletem que práticas educativas coercitivas na infância podem influenciar na parentalidade exercida na vida adulta. Ao mesmo tempo, Cruz (2010) refere que as competências que promovem cuidado são resultado de vivências de bons tratos dos pais enquanto crianças e que podem, no futuro, assegurar uma prática saudável em suas famílias. Ela acrescenta que ao passo que a capacidade parental não se reflete em cuidado e proteção, a medida de proteção (Acolhimento Institucional) pode se concretizar.

4.3 Saindo de casa: motivos do Acolhimento Institucional e sentimentos gerados na família

Como já mencionado anteriormente, o acolhimento institucional trata-se de uma medida de proteção prevista no ECA para crianças e adolescentes cujos contextos familiares evidenciam violações de direitos (BRASIL, 1990). Neste sentido, mostra-se importante compreender de que forma as trajetórias das famílias entrevistadas conduziram-nas à

institucionalização de seus filhos, descrevendo nesta categoria suas percepções acerca dos motivos que geraram a ação institucional.

A partir das falas dos entrevistados, evidencia-se que os principais determinantes para saída da criança da família por medida de proteção se relacionaram: à presença de violência física praticada através de maus-tratos, a violência sexual praticada por um dos genitores, a dependência química, abandono e negligência dos genitores. F1 mencionou a violência praticada: *“E como eu te disse, eu dou uns tapas, dou umas chineladas da mesma forma como no meu pequeno. Só que na época isso foi confundido com maus-tratos, né!”* (Mãe). A violência física também foi citada por F2 em seu discurso: *“Ele acusou que eu batia nas crianças, mas eu nunca fiz isso neles. Só na forma de educar, mas não era de espancar pra matar.”* (Mãe). O fator que determinou o acolhimento institucional nestas duas famílias se referiu à presença de violência física praticada pelas genitoras, compreendida por elas como forma de educar os filhos e não como fator prejudicial a eles. Neste sentido, Minuchin, Lee e Simon (2008) atentam que, à medida que a família se utiliza da força bruta como forma de se impor, gera uma má adaptação do sistema como um todo. Falcke e Rosa (2011) a respeito da violência familiar salientam que nestes pais constata-se uma carência de modelos de flexibilização diante dos conflitos, motivado por um aprendizado também deficiente nas interações com a família de origem. Ladvoat (2011) ressalta que o comportamento violento, tanto físico quanto psicológico pode ocorrer e ser apreendido de uma geração para outra e percebido como uma forma de solucionar conflitos e mesmo de educar os filhos.

A violência sexual também esteve presente no contexto familiar de F2 e motivou o acolhimento institucional: *“Por causa do abuso que a f3 sofreu do pai dela. É, isso mesmo! Ele abusou dela. Aconteceu mesmo.”* (Mãe). Duas famílias citaram a dependência química como fatores determinantes para a ação institucional, como evidenciado nos seguintes discursos: *“Em função das drogas, porque eu não parava em casa [...] eu queria realmente largar. Tanto que muitas vezes eu ia pra buscar chorando porque eu não tinha forças. Até que um dia eu tava eu acho que há uns sete dias na rua, quando eu liguei pra casa e o meu mais velho disse: Mãe, volta pra casa! O f1 não tá mais aqui.”* (Mãe, F3). Para F5, o uso de drogas refletiu na negligência com os filhos: *“a própria culpada fui eu mesma, sabe. Por causa da droga. Só a droga estragou tudo. Porque eu acabava não dando atenção pra elas. Eu dava atenção só pra droga e isso foi fazendo, sabe, que eu largasse os meus filhos de mão e ficasse só com a droga. E os vizinhos eu acho que foram vendo aquilo ali e denunciaram, sabe.”* (Mãe, F5). O abandono também foi percebido por F4 como fator que acarretou a institucionalização da filha: *“Eu acho que ela foi abandonada de certa forma, né. Eu acho*

que é isso que eles entenderam, por isso recolheram ela. Porque ela tava com uma pessoa que, no caso, não deveria, né. No caso, ela estava ilegalmente na casa da minha irmã. Assim foi que me disseram.” (Pai).

Gulassa (2010) reflete que por muito tempo não se buscou conhecer a origem e razões que levavam ao acolhimento institucional de crianças. Segundo dados do Levantamento Nacional realizado entre 2009 e 2010 os principais motivos de acolhimento em todas as regiões do país se referem, principalmente: à negligência e abandono seguidos pela dependência química ou alcoólica dos pais ou responsáveis. Além destes três motivos mais frequentes, também se constata que a violência física, doméstica e sexual, a carência de recursos dos responsáveis e a situação de rua também se apresentam como motivos para a institucionalização de crianças e adolescentes no país (CONSTANTINO; ASSIS; MESQUITA, 2013).

Os motivos percebidos e descritos pelas famílias refletem consonância com a realidade do restante do país, estando a dependência química e a violência física como os fatores que apareceram com mais frequência neste estudo. Ao resgatar os estudos de Rizzini e Rizzini (2004) acerca do processo de institucionalização de crianças no Brasil, é possível perceber que as trajetórias ao acolhimento se relacionavam a fatores ligados tanto ao contexto da violência urbana, mas, principalmente, àqueles ligados ao narcotráfico. Embora mais de dez anos tenham se passado desta afirmação das autoras, compreende-se que, além da violência intrafamiliar, o fenômeno da drogadição se faz presente no contexto atual, vitimizando famílias e sendo considerado um problema de saúde pública. Nos relatos das famílias que tiveram os filhos acolhidos devido ao uso de substâncias psicoativas, pareceu haver concordância entre elas acerca da fragilidade no desempenho de seus papéis parentais devido ao uso de drogas. Se na Idade Média as crianças chegavam às instituições devido ao abandono, como se evidenciou através da Roda de Expostos (RIZZINI; RIZZINI, 2004), atualmente, se constata movimentos de órgãos de proteção aos direitos da criança e do adolescente no sentido de retirá-los de suas famílias na presença de fatores que violem seus direitos e os coloquem em risco: busca-se, indiretamente, evidenciar os “abandonos” das famílias.

Outro elemento que esteve presente nas falas dos entrevistados quanto à saída dos filhos de casa se remeteu aos sentimentos que emergiram nos responsáveis. A sensação de alívio foi percebida num primeiro momento por duas famílias: *“Na hora eu senti um alívio, mas aí quando começou a chegar a noite eu chorei muito.”* (Mãe, F1). F2 também relatou acerca do alívio que sentiu quando os filhos foram acolhidos: *“Eu senti um alívio, porque eu*

sabia que aquela noite era mais uma noite que eles iam dormir quietos, que não iam ser espancados. Era uma situação nojenta que eu não sabia lidar.” (Mãe, F2). Minuchin e Minuchin (1999) ao referirem sobre a colocação institucional dos filhos citam o sentimento de incapacidade da família em lidar com a criança e que a separação pode ser compreendida como uma solução para resolver o conflito. A sensação de alívio na fala de F2 se remetia à percepção que tinha do ambiente familiar como violento e do acolhimento institucional como uma possibilidade de proteção aos filhos, uma vez que se via incapaz de prover tal cuidado. Guará (2006) citado por Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) refere que as instituições de acolhimento permanecem como locais onde o cuidado e a proteção se fazem presentes para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e abandono no âmbito social.

Na fala de F1 o sentimento de alívio foi seguido de tristeza. Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) em pesquisa realizada com famílias que tiveram seus filhos acolhidos institucionalmente reconheceram nos discursos das mães que a medida de proteção levou a sentimentos difíceis de manejar e que o sofrimento se fez presente durante o período de institucionalização dos filhos. Azôr e Vectore (2008) também indicam a presença do sentimento de tristeza nas famílias que presenciam o acolhimento institucional dos filhos seguido do medo deles serem adotados.

Nos discursos dos entrevistados acerca da forma como vivenciaram a saída dos filhos é possível verificar angústia e o adoecimento, como explicitado por F1: *“Como eu vou te dizer, eu sentia muita falta. De noite eu não dormia. Aí eu comecei a me entupir de remédio pra dormir. Antidepressivo. Aí eu deitava na cama e ficava lembrando dela.”* (Mãe). O adoecimento também é relatado por F2: *“E quando levaram as crianças, pra mim, assim, na hora eu não me dei conta, mas depois que eu adoeci [...] tinha muita angústia. Ah, peguei e me isolei.”* (Mãe). F5 também refere o sentimento de angústia: *“Tudo ficou estranho. Eu sentia tristeza, angústia. Eu não tinha vontade de fazer nada, de sair de casa. Aí eu vi o quanto eu tinha prejudicado, sabe?”* (Mãe). Estas percepções das famílias entrevistadas corroboram com os achados de Martins e Ferriani (2003) que mencionam o sentimento de perda da maternidade nas mães que tiveram os filhos institucionalizados, havendo influência desta percepção com o estado emocional.

O que emerge do discurso destas famílias indica a existência de um lugar de afeto ocupado pelos filhos e que sua saída de casa foi vivenciada neste sistema por sentimentos de tristeza e angústia. Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) mencionam que as famílias de crianças reintegradas compartilham o sofrimento pelo acolhimento institucional dos filhos.

O sentimento de culpa também pode ser observado nas falas, o que pode indicar que estas famílias sentiram-se responsabilizadas pelo acolhimento institucional dos filhos, como foi exposto por F5: *“Eu sentia culpa, sentia bastante culpa quando pensava neles, porque eles podiam ter ficado comigo e agora estavam num lugar estranho [...] Eu me senti um lixo por ter deixado meus filhos irem pra lá”* (Mãe). F3 fala sobre ideação suicida com a saída dos filhos de casa: *“Por um momento a minha ideia era me atirar embaixo de um caminhão. Eu nunca tive ideia de suicídio, mas aquele dia eu tive.”* (Mãe). Rocha, Arpini e Savegnago (2015a, p.106) refletem que *“apesar das dificuldades pelas quais as famílias realmente passam e do olhar culpabilizador da sociedade, elas têm desejo de ter seus filhos de volta, destacando o quão difícil é ficar longe deles.”*

O sentimento de falta do filho é refletido novamente na fala de F1 ao mesmo tempo em que se sentia impotente para gerar os cuidados ao filho: *“Eu sentia falta dela e ao mesmo tempo eu sabia que era o melhor pra nós duas. Eu, na minha cabeça, pensava: Pô, eu não tenho condições de dar o que ela precisa.”* (Mãe). Na família F4 percebe-se na fala da genitora que a medida geraria cuidado à filha: *“Eu senti que ela ia ser bem cuidada e que ia voltar.”* (Mãe). No discurso destas duas mães se faz presente a percepção da instituição como um local provedor de cuidado e possuidor de condições adequadas para seus filhos, o que pode indicar a impotência percebida por elas para suprir suas necessidades, delegando ao Estado o cuidado e proteção dos filhos. Ainda na fala de F4 tal medida era percebida como provisória, mantendo a esperança no retorno do filho. Rizzini e Rizzini (2004) ao referirem sobre o percurso da institucionalização de crianças no Brasil destacam para a prática no passado das famílias internarem seus filhos no anseio de garantir um local que provesse alimentação, educação e os mantivessem protegidos.

As narrativas apresentadas indicam a diversidade de sentimentos produzidos na família com a saída dos filhos de casa. Tais sentimentos retratam o impacto que a medida de proteção teve na família. Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) revelam o fato da medida institucional ser vivenciada de forma complexa tanto para a criança quanto para sua família.

4.4 Por onde andei: as trajetórias para reaver a guarda

Todas as famílias entrevistadas mencionaram em suas falas movimentos para reaver a guarda dos filhos que foram institucionalizados. Neste sentido, surgem nesta categoria as trajetórias verbalizadas pelas famílias e os movimentos realizados para que a reinserção familiar da criança fosse possível. Certifica-se que estas trajetórias foram permeadas, principalmente, por condições colocadas pelo judiciário e serviços, que deveriam ser

atendidas para que a reinserção se concretizasse. Ao mesmo tempo, é possível inferir que no caminho percorrido por estas famílias o interesse e a vontade de ter os filhos de volta predomina. Além disso, percebe-se que seus papéis parentais são alvo de reflexões e questionamentos tanto por elas quanto dos órgãos implicados neste processo.

A respeito das condicionalidades que marcaram estes percursos, evidenciou-se na fala de F5, como estratégia do judiciário, a imposição de condições à família: “*Ou eu me internava e tentava recuperar eles ou ela [juíza] ia colocar eles pra adoção. Aí que começou a minha luta.*” (Mãe). Percebe-se que a trajetória para garantir o retorno e evitar que os filhos fossem adotados foi encarada pela família como sinônimo de luta. Gulassa (2007) refere que as famílias tendem a encarar o fato de estarem sem os filhos como um desrespeito ao direito de ser pai e mãe, não havendo justificativa para a sua retirada, nem mesmo os problemas com álcool ou a violência praticada. Desta forma, a autora salienta que as famílias compreendem as tentativas de trazê-los de volta como sinônimo de luta.

F4 também referiu sobre estas condicionalidades e de seu cumprimento: “*Ela disse que eu tinha que ir no Conselho pegar um papel pra vir falar com a Assistente Social [...] Vim no Conselho sozinha. Aí eu vim falar com ela e com a psicóloga.*” (Mãe). F2 também citou o papel do judiciário e os movimentos que realizou em prol da retomada dos filhos: “*Eu peguei advogado. Sozinha, caminhava noite e dia. Depois a juíza me chamou, né [...] Ela me encaminhou pra psicóloga que eu fui bastante tempo [...] A psiquiatra determinou que eu teria que tomar remédio, né. Tudo isso aí eu fiz.*” (Mãe). Nota-se que entre as condicionalidades colocadas às famílias se encontra o atendimento com profissionais da rede socioassistencial (Assistentes Sociais e Psicólogos) e também com profissionais da saúde. Questiona-se acerca do alcance das políticas públicas e do quanto esta assistência às famílias passa a acontecer como forma de “remediar” a medida institucional aos filhos. Neste sentido, Cassab e Fante (2007) supõem que o número de crianças e adolescentes sob a tutela do Estado poderia se configurar como significativamente menor se estas famílias fossem alvo de um trabalho social com caráter preventivo e promocional, principalmente no que concerne às dificuldades socioeconômicas.

Fávero *et al.* (2008) manifestam que em estudo realizado com famílias neste contexto, o afeto e o interesse nos filhos se fez presente. Ao mesmo tempo, verificaram-se esforços nestas famílias em buscar outras condições de vida a fim de ter o filho de volta. Em muitas destas situações, os autores referem a presença de sofrimento e mesmo de impotência das famílias em relação às dificuldades materiais que garantissem o cuidado dos filhos. F2 justificou a realização de seus movimentos ressaltando o interesse de ter os filhos de volta:

“Porque eu queria meus filhos e se eu não fizesse o que ela [juíza] queria, jamais teria acesso a eles.” (Mãe). F3 também expôs acerca dos movimentos que realizou e o que os justificaram: “A minha única preocupação era em conseguir me limpar e ter ele de volta. Porque pra mim era horrível pensar que meu filho tava lá, sabe?” (Mãe). Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) colocam que o período da institucionalização é marcado pela dedicação e busca das famílias em realizar o que está ao seu alcance a fim de trazer seus filhos de volta pra casa. Desta forma, certifica-se que há um esforço por parte da família para a reinserção da criança. Neste sentido, ter os filhos de volta é o que mobiliza e ao mesmo tempo motiva para a mudança. Azôr e Vectore (2008, p.86) expõem este fato ao referirem que o desejo pelo retorno dos filhos se apresenta como “a mola propulsora” para a iniciativa de reaver a guarda.

O processo para reaver a guarda foi percebido por F5 como sinônimo de luta e também provocou reflexões acerca do sentimento pelos filhos e do seu papel parental: “Eu amo eles, não vivo sem eles, sabe? [...] Eu criei sozinha e eu tava destruindo eles sozinha também [...] E aí eu comecei a pensar, sabe: eu quero os meus filhos de volta. Aí começou uma luta pra arrumar casa.” (Mãe). A família F3 também destaca a vontade de ter o filho de volta: “Eu pensei: não, eu vou ver se ainda tem chance de eu recuperar o meu filho. Se eu puder recuperar, eu vou usar essa chance.” (Mãe). Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) também postulam, em estudo realizado com famílias com filhos reintegrados, que a busca pela reinserção existe nestas famílias e que tal movimento chega a ser comparado a uma luta. Ao analisar estas falas percebe-se que, ao equipararem as tentativas para reaver a guarda a uma luta, as famílias parecem indicar uma trajetória difícil, permeada por obstáculos conscientes de serem enfrentados, havendo, no final, um sentimento de vitória: o retorno dos filhos à família.

As famílias que tiveram os filhos acolhidos devido ao abuso de drogas dos genitores destacaram a necessidade de realização de tratamento para dependência química como condição imposta pelo judiciário para ter o filho de volta, como evidenciado por F3: “A condição era fazer o tratamento, ficar longe das drogas. Era isso mesmo.” (Mãe). F5 também fez referência a esta condição e à necessidade de adequações na moradia para o retorno das filhas: “Se eu provasse pra ela que eu tinha parado de usar, ela me devolvia meus filhos [...] Eu fui internada pra desintoxicação [...] eu tive que provar pra juíza que eu tinha parado totalmente. Eu consegui ficar três anos e oito meses sem usar. Tive que arrumar uma casa e botar tudo em ordem. Uma cama pra cada uma, uma coberta pra cada uma.” (Mãe). Novamente se evidencia que o vínculo com o filho se apresenta como um propulsor para a

realização de movimentos de mudança que resultem na volta da criança para a família e também como possibilidade de “provar” ao judiciário a capacidade de cuidar dos filhos.

Quanto ao papel do judiciário neste processo, Fávero *et al.* (2008) indicam que as mudanças exigidas por este órgão parecem não compreender ou refletir junto com as famílias o que é possível frente às suas realidades. As famílias F2 e F4 também se depararam com exigências dos órgãos que lhe atenderam quanto a adequações em suas moradias, como evidenciado por F2: “*A gente teve que comprar os móveis. O Conselho e a juíza pediu.*” (Mãe). F4 também faz referência a esta exigência: “*Eu acho que eles falaram que teria que ter uma cama separada pra f1. E até então a gente não tinha quarto separado.*” (Pai). Azôr e Vectore (2008) apontam para os fatores que tendem a estar implicados no retorno da criança, entre eles a pressão do judiciário, o atendimento das famílias por profissionais, adequações nas moradias, bem como o desejo familiar. Cruz (2010) menciona que no período em que a criança se encontra institucionalizada espera-se que a família consiga superar suas dificuldades e fragilidades.

Ao longo do processo para reaver a guarda dos filhos, evidencia-se reflexões da família acerca de seus papéis parentais, como evidenciado por F2: “*Eu pensava assim pra mim: mãe que é mãe tá com os filhos do lado, né. Tudo que faz é em prol dos filhos. Qual é a mãe que seria louca de abandonar os filhos?*” (Mãe). Ao mesmo tempo, o papel parental também foi questionado por F5 e se mostrou como fator motivador para mudanças: “*Eu não trocava uma fralda, não dava banho neles. Eu larguei tudo para a f1. Larguei um compromisso para ela que ela não tinha a obrigação. Ela era só uma criança. Aí eu senti que aquilo ali tinha que mudar, sabe?*” (Mãe). Analisa-se nestas falas que a trajetória para reaver a guarda também foi permeada por reflexões acerca dos papéis parentais. Na fala de F5 o papel que era exercido antes da institucionalização foi questionado e a busca para reaver a guarda dos filhos passou ser compreendida como uma nova chance à família para desempenhar os papéis parentais.

Neste processo as famílias também referiram acerca do contato com a instituição de acolhimento. F1, F4 e F5 ressaltaram que as visitas aos filhos não foram autorizadas ao longo do acolhimento institucional, como descrito nas seguintes falas: “*Não foi liberada as visitas.*” (Pai, F4). “*O tempo todo que ela tava lá não me deixaram ver ela. Porque como ela foi por maus-tratos...*” (Mãe, F1). “*Eu só não acho justo eles não deixarem a gente ver, sabe? Eles tiram e tu não pode ter contato nenhum e lá dentro eu não sei.*” (Mãe, F5). Gulassa (2010) menciona que as orientações legais referem acerca da reinserção familiar e incluem o papel e a responsabilidade das instituições de acolhimento. A autora salienta a importância de se

considerar a família de origem com vistas à reinserção da criança e de como a instituição pode oportunizar isto devido à proximidade presumida com a família. Minuchin e Minuchin (1999, p.168) ao retratarem a institucionalização de crianças acrescentam que “à medida que o tempo passa e tanto a criança quanto a família se adaptam às suas atuais circunstâncias, a possibilidade de eles realizarem uma transição tranquila quando a criança é enviada para casa, na verdade não é nem um pouco certa”. Por isso, os autores expõem que quanto maior for a separação e debilitado for o contato com a família, mais difícil se tornará a reunificação.

Outras duas famílias falaram do contato com a instituição e de como significaram estas visitas, como coloca F3: *“No início eu era proibida. No final começaram a deixar eu ir lá. Eu fui um dia com a conselheira e ela disse como era para eu agir [...] Era só aqueles quinze minutos e acho que nunca passou tão rápido na vida. E me doeu muito mais sair e deixar ele chorando, sabe.”* (Mãe). F2 também refletiu acerca da possibilidade de visita aos filhos: *“Eu pensava assim: quando será que vai ser o último dia que eu vou passar por esse portão e não vou mais fazer visita?”* (Mãe). Lopes e Arpini (2009) referem que a visita ao filho na instituição, além de um momento de contato entre a família e o filho, também trata-se de um momento de vínculo. Siqueira e Dell’Aglia (2007, p.143) salientam que as visitas à instituição podem se apresentar como uma intervenção para evitar reinserções familiares mal sucedidas. As autoras acrescentam que “a situação da família não se modificará sem uma intervenção consistente e planejada”. As visitas podem ser compreendidas como uma forma de promover uma progressiva adaptação tanto da criança quanto da família.

Duas famílias ressaltaram a forma como foram tratadas pela equipe da instituição, como referiu F2: *“A dona do abrigo falou que tinha forte probabilidade dos meus filhos serem adotados. Porque no momento ela dizia que eu não tinha como tomar conta dos meus filhos. Não tinha condições psicológicas, ela disse.”*. F1 resalta a forma de tratamento recebida pela instituição: *“Quando eu liguei pra ver a f1 ela foi muito mal educada. Me tratou bem como se eu fosse um lixo, sabe? [...] como se eu fosse um monstro, sabe?”* (Mãe). Nestes relatos parece existir uma ideia por parte da instituição de acolhimento de que as famílias entrevistadas não seriam capazes de cuidar de seus filhos. O estigma relacionado à família e a dificuldade de comunicação com a instituição de acolhimento podem dificultar ações que promovam a reinserção familiar da criança. Gulassa (2010, p.83) expõe que o trabalho com as famílias de crianças institucionalizadas nem sempre foi priorizado e acrescenta, “a família tinha os filhos acolhidos por não ter condições de mantê-los consigo ou por acreditar que estavam melhor cuidados na instituição; e era desacreditada, considerada incompetente”. Rizzini *et al.* (2006) também indica o quanto estas famílias são percebidas como incapazes de

educar e cuidar de seus filhos. Minuchin e Minuchin (1999) salientam que a sensação de fracasso e inadequação tende a permear a família que pode se sentir indesejada e desnecessária neste processo.

Siqueira *et al.* (2010) alertam para a importância do estabelecimento de uma relação entre a instituição de acolhimento e a família livre de estigmas, a fim de que possam acreditar na capacidade e nos esforços da família de educar seus filhos. Neste sentido, Gulassa (2007, p.34) acrescenta que “é fundamental acreditar na capacidade de recuperação da família e em sua potencialidade para ser protagonista da construção de um novo caminho.”. Cabe à instituição favorecer a vinculação entre a criança e a família e potencializar a família neste caminho.

Das cinco famílias entrevistadas, apenas duas tiveram contato com os filhos no período da institucionalização. Mesmo não havendo autorização judicial nos três casos relatados, isto não foi impeditivo para que as famílias permanecessem interessadas e motivadas para reaver a guarda. Cabe questionar a forma como ocorreu a reinserção familiar nestes três casos, visto que não houve uma aproximação gradativa das crianças e de suas famílias para que o processo de retorno se efetivasse.

Neste caminho para reaver a guarda, as famílias também indicaram a influência e opinião de seus familiares no que concerne ao retorno dos filhos. A família F2 ressaltou: “*Meus irmãos e minha cunhada tudo dizia que era para eu deixar lá e abandonar, porque eles não iam prestar [...] Todo mundo dizia: mas deixa dá. Deixa o Conselho levar embora.*” (Mãe). Nota-se neste caso a falta de apoio e descrença dos familiares para o retorno da criança. Em contrapartida, F4 verbalizou o apoio recebido pela família e amigos: “*Meus colegas e cunhados sempre diziam que eu tinha que correr atrás porque quanto mais tempo passasse, pior seria.*” (Pai). Além da opinião dos familiares, a família F4 também salientou a união do casal para tentar reaver a guarda: “*Ela voltou pra casa e eu combinei com ela: a gente vai ter que se entender pra poder reaver a guarda pra nós dois.*” (Pai). Percebe-se nesta fala que institucionalização permitiu que a família buscasse se apoiar para manter os vínculos e garantir o retorno do filho ao lar.

4.5 Voltando pra casa: mudanças na família a partir do retorno dos filhos

“Aquele dia eu nem sei. Dentre a alegria e o nervosismo, sabe? [...] No mesmo dia eu fui lá buscar. Eles iam tá comigo e eu ia poder ver eles a hora que eu queria. Eu me preparei pra cozinhar pra eles de volta. Naquele dia nem remédio eu precisava tomar. Eu não tinha dor nem nada. Só tinha sorriso. Eles ficaram faceiro.” (Mãe, F2)

O movimento de saída da criança da instituição de acolhimento e seu retorno à família de origem se caracteriza como reinserção familiar. Cruz (2010) ressalta que há outros termos que definem esta ação como, por exemplo: reunificação, reintegração ou, inclusive, desinstitucionalização. A autora ainda menciona a escassez de estudos no Brasil que discutam acerca do processo de reinserção familiar.

Independente dos termos utilizados ou da produção científica, o retorno da criança institucionalizada à família de origem é uma realidade e está previsto no ECA, como já discutido anteriormente. Ao reportar-se aos entrevistados neste estudo, evidencia-se que o retorno dos filhos foi caracterizado por diversas mudanças na família, especialmente nos relacionamentos entre os membros.

É possível observar a importância que as famílias atribuíram às mudanças no comportamento dos filhos a partir do seu retorno, como foi expresso nas falas de F2 e F4: *“Eles vieram mais comportado, porque serviu pra educar eles todos, pra ensinar a fazer coisas que eles não sabiam [...] eles voltaram mais caprichoso com as roupas deles. Hoje eles se dividem pra arrumar o quarto.”* (Mãe, F2). *“Ela tava bem. Ela tava mais comportada”* (Mãe, F4) [...] *Ela aprendeu algumas coisas lá, com as outras crianças.* (Pai, F4) [...] *Sujava o chão ela ia lá e pegava um pano pra limpar”* (Mãe, F4). Com base nestas narrativas é possível inferir que a partir da reinserção as famílias perceberam nos filhos a aquisição de aprendizados, principalmente referentes à organização e higiene e os relacionaram às rotinas institucionais.

Algumas famílias enfatizaram tentativas de reproduzir as regras da instituição, enquanto outras mencionaram o retorno do comportamento da criança, o que sugere que tais mudanças no ambiente familiar podem não ter permanecido, como representado nas seguintes falas: *“Eu pensava em manter ele com aquela educação, com aquelas regras da Casa de Passagem [...] Mas não deu, eu mimei ele, estraguei ele um pouquinho no início. Mas eu acho que isso é normal. É normal quando tu está tanto tempo longe de uma criança”* (Mãe, F3). *“E realmente, ela ficou um bom tempo mais calma. Ela ficou mais tranquila, ela veio de lá outra criança. Só que passou o tempo e ela voltou para as mesmas coisas.”* (Mãe, F1).

Verifica-se que a mudança percebida em um membro refletiu em mudanças no sistema familiar. Neste sentido, Minuchin e Minuchin (1999) ressaltam que uma das características fundamentais de um sistema se refere à influência das partes umas sobre as outras. Os autores ao definirem a família como sistema atentam para a presença de uma estrutura com padrões de interação. Toda a família passa por períodos de transição em que enfrenta momentos de desorganização. Os padrões familiares habitualmente aceitos não se mostram mais adequados

e novas tentativas precisam ser feitas a fim de buscar o equilíbrio (MINUCHIN; MINUCHIN, 1999).

Nichols e Schwartz (1998) ao retratarem a terapia familiar estrutural expõem a presença dos subsistemas que se dirigem às alianças formadas entre os indivíduos da família, geradas por influência do gênero, interesse, geração e função. As famílias destacaram mudanças na relação dos genitores com os filhos acolhidos, indicando uma aproximação no subsistema parental a partir da reinserção familiar, como exposto por F1: *“Algumas coisas eu também tive que pegar mais leve com ela, sabe? Parei e pensei: não, eu também teria que mudar.”* (Mãe). *“Eu acho que fiquei mais amiga deles. Dá o ombro pra chorar, ouvir as reclamações. Antes eu não tinha tempo pra isso. Eu agora sou mais aberta com eles, eles não escondem.”* (Mãe, F2). As famílias F3 e F5 também ressaltaram mudanças semelhantes: *“Eu prefiro ter os momentos de conversar, de brincar com ele [...] perguntar como foi o dia, como tava a creche. Eu tô demonstrando pra ele que eu tenho interesse na vida dele. Antes essas coisas não existiam.”* (Mãe, F3). *“Eu tive mais liberdade com elas. A gente conversa mais. Elas me cobram mais. Elas me cobram, eu cobro delas. Se tornou uma relação mais aberta.”* (Mãe, F5). Neste contexto, Ferreira (2015) ressalta que a reunificação familiar implica num trabalho com a família que favoreça a mudança na dinâmica e também nos padrões de interação. Deve-se também fomentar as competências parentais e potencializá-los para atender as necessidades dos filhos.

Cabe ressaltar que o contexto tem influência direta na construção e manutenção das relações. Em todas as famílias há padrões de funcionamento, alianças entre os membros, rivalidades, códigos invisíveis e formas de organização específicas que produzem modos de ser, agir e pensar. Por isso, compreende-se que nos subjetivamos a partir deste sistema.

As famílias entrevistadas ressaltaram modificações nas relações entre os membros da família. F4 salientou mudanças no subsistema conjugal após o retorno da criança: *“Agora ela (esposa) tá começando a colocar a cabeça no lugar. A gente conversa mais também, né. Não separou mais tanto [...] Às vezes ela fala uma coisa que outra, né, mas a gente releva.”* (Pai). F3 também descreveu mudanças na relação com o filho mais velho que presenciou o acolhimento institucional do irmão: *“O mais velho na época queria que eu morresse [...] Ele começou a se abrir aos poucos comigo. Começou a dizer: te amo mãe.”* (Mãe). A família F5 também percebe mudanças na convivência entre os membros: *“A nossa estrutura mudou muito. Ninguém se sentava pra comer. Ninguém tinha hora pra comer. Ninguém sabia conversar com o outro. Acho que ensinou a gente a se aproximar mais e se respeitar.”* (Mãe). Minuchin e Nichols (1995) reconhecem que o presente também tem influência na família que

se apresenta no agora. Desta forma, acredita-se que a mudança na organização familiar permite alterações na vida de cada membro. Cruz (2010) salienta que, à medida que a família reassume os cuidados aos filhos também garante autonomia parental e firma uma postura de proteção e segurança a partir do retorno dos filhos ao lar.

4.6 Sob a ótica da família: significados e impactos do Acolhimento Institucional

Ao refletirem sobre as mudanças no sistema familiar, as famílias entrevistadas justificaram a experiência do acolhimento institucional como positiva, principalmente, pela possibilidade de modificações no desempenho dos papéis parentais. O que emerge destas falas remete, principalmente, a um aprendizado e a uma conscientização da família sobre a forma como vinham educando seus filhos. Além disso, o significado positivo atribuído pelas famílias se relaciona também à melhora nos relacionamentos entre os membros do sistema. Compreende-se que, apesar do sofrimento vivenciado pelos membros a partir da saída da criança de casa, a família demonstrou tentativas para modificar e superar os problemas que levaram à institucionalização dos filhos, percebendo-se fortalecida a partir desta experiência.

O acolhimento institucional teve um significado positivo para as famílias entrevistadas porque provocou mudanças no desempenho dos papéis parentais, como referiu F1: *“Eu acho que por um lado foi bom, porque por um lado eu também mudei, sabe? Coisas que antes eu não tinha paciência, agora eu tenho [...] Eu aprendi a ter mais paciência e a tratar mais ela como criança.”* (Mãe). F3 ressaltou que após a experiência do acolhimento institucional conseguiu desempenhar melhor seu papel como mãe: *“Hoje eu estou conseguindo fazer por ele o que eu não fiz pelo primeiro (filho primogênito). Eu estou conseguindo ser mãe, sabe? Eu tô conseguindo.”* (Mãe). F1 refletiu sobre um aprendizado na forma de educar a filha, não agindo mais com violência (motivo pelo qual a criança foi institucionalizada): *“Às vezes eu tenho vontade de pegar um chinelo e... Mas uma coisa eu aprendi é que eu tenho que parar, respirar, contar até dez. Eu aprendi: se tu tá muito braba, não pega um chinelo porque tu pode acabar machucando [...] Eu aprendi que eu tenho que ter paciência.”* (Mãe). Cruz (2010) coloca que superar as carências parentais demanda esforços dos cuidadores no sentido de reorganizarem sua dinâmica e adaptarem-se a um novo ciclo. A flexibilidade, segundo a autora, permitirá a acomodação frente a situações de risco.

F5 também indicou estas mudanças no desempenho de seus papéis ao refletir sobre o significado da medida de proteção: *“Eu sou mais dura hoje com elas, antes eu não era. Eu deixava fazer o que queria. Hoje não, eu cobro muito delas [...] Eu sou mais dura, mas eu não gosto de ser. Mas eu não quero que aconteça com elas o que aconteceu comigo.”* (Mãe).

Gulassa (2007) ressalta que ao passo que a família se apropria de seus desafios, ela se fortalece e avança. Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) referem que o acolhimento institucional é retratado pelas famílias como uma contribuição para a educação dos filhos. Martins e Ferriani (2003) também apontam para o fato da institucionalização ser percebida pela família como uma forma de repensar a educação dos filhos e, ao mesmo tempo, uma maneira de amparar os problemas de comportamento. Cruz (2010) coloca a existência de uma reabilitação dos papéis que se mostraram comprometidos na saída da criança do lar por medida de proteção.

F4 justificou o acolhimento como positivo para a família, pois permitiu que os membros passassem a interagir de outra forma, melhorando suas relações: *“Olha, de um ponto de vista pode ter sido positivo por causa que a gente conseguiu se entender melhor depois disso, né? [...] A gente não sabia conviver e a gente aprendeu. Melhorou a nossa relação, né?”* (Pai). F1 refletiu sobre uma noção de aprendizado e consciência do papel parental, referindo o atendimento com a profissional que lhe acompanhou no período de institucionalização da filha: *“Eu achava, assim, que ela tendo um pai e uma mãe. Mas a psicóloga me ensinou que não é isso que uma criança precisa. A criança precisa daquilo que ela ama. Não interessa se é um pai, uma mãe, se é uma família estruturada ou desestruturada, é o que ela ama. É a figura que ela tem: Ah, essa daqui é a minha mãe [...]”*. Estas mudanças retratadas pelas famílias também são referidas por Martins e Ferriani (2003) quando indicam que a institucionalização para algumas famílias é vista como benéfica e permite repensar os cuidados paternos, mesmo que de forma indireta.

Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) também ponderam que as famílias que passaram pela experiência do acolhimento institucional dos filhos, apesar dos sentimentos de angústia e ao sofrimento vivenciado, conseguiram resgatar pontos positivos. Walsh citado por Cruz (2010, p.32) cita que *“a perspectiva sistêmica permite compreender como os processos familiares intervêm no estresse e permitem à família superar a crise e enfrentar dificuldades.”*. Neste sentido, Minuchin e Minuchin (1999) salientam que o afastamento da criança por medida de proteção também pode ser compreendido como uma transição no ciclo de vida familiar que irá desorganizar a família e uma nova organização se fará necessária a fim de buscar o equilíbrio do sistema.

F5 e F3 refletiram que, através do acolhimento institucional, entendido como *“perda dos filhos”*, puderam reconhecer a situação em que se encontravam e dos prejuízos causados pelo uso abusivo de drogas, como referiu F5: *“Só me dei conta quando eu perdi elas, que eu tava viciada e que eu tava perdendo tudo à minha volta, que a última coisa que eu perdi foi*

elas [...] *Eu fiquei mais madura, sabe? Foi com a perda deles que eu me dei por conta da droga.*” (Mãe). F3 também compartilhou desta percepção: *“O que fez eu realmente reconhecer que as drogas se tornaram um problema na minha vida foi perder eles. [...] Passou por cima dos meus princípios aquilo ali, sabe? Porque querendo ou não, por pior que as pessoas sejam elas sempre têm princípios.”* (Mãe). Martins e Ferriani (2003) em pesquisa realizada com famílias sobre a reintegração de seus filhos perceberam que a retirada da criança de casa por medida de proteção provocou nas mães um sentimento de perda que deixa de existir e é substituído por segurança e disposição para enfrentar as dificuldades quando se deparam com o retorno da criança.

O interesse e a vontade de ficar com os filhos também são percebidos nas falas das famílias. O medo de que a medida de proteção se repita foi sintetizado na fala de F5: *“Eu tenho medo que elas voltem pra lá. Tanto que surgiu oferta para eu voltar a traficar, mas eu não aceitei. Eu quero ficar com elas.”* (Mãe). F4 também refletiu sobre um lugar afetivo ocupado pelo filho: *“Porque não faz sentido viver se não com a família, né? Se a gente tem um filho ou uma filha, não faz sentido isso [...] A gente quer viver por eles. Não tem porque continuar vivendo se não pra eles. São a razão da gente viver.”* (Pai). Neste sentido, Rocha, Arpini e Savegnago (2015a) indicam que, contrariando um olhar discriminatório e estigmatizado acerca das famílias que tiveram os filhos acolhidos institucionalmente, ressaltam que há vínculo afetivo entre as famílias e seus filhos.

Para F3, o acolhimento institucional foi considerado significado de luta e superação: *“Modificou a minha maneira de ver. Foi a primeira vez que realmente eu vi que eu tinha que lutar, eu tinha um motivo pra lutar. Eu realmente tinha uma coisa que eu queria, que eu precisava, porque como eu te disse, até então a única preocupação eram as drogas [...] isso serviu pra me superar.”* (Mãe). No discurso desta família a experiência do acolhimento institucional surge como uma possibilidade de sair das drogas e uma nova chance de desempenhar o papel parental com os filhos que foram acolhidos. Neste sentido, Cruz (2010, p.32) salienta

[...] a reinserção familiar é um tema complexo, permeado por dimensões que consistem no enfrentamento prático de fragilidades e posterior potencialização das pessoas e ambientes para que haja a superação dos eventos de risco. Mais do que isso é a oportunidade da família recuperar sua vida familiar e resgatar o “tempo perdido”. É propiciar um recomeço da história familiar almejando o “final feliz”.

Ao mesmo tempo, duas famílias entrevistadas referiram que a medida de proteção poderia ter sido evitada, mesmo, anteriormente, sendo considerada como positiva para F1:

“Porque quantas vezes eu procurei o Conselho. Muitas vezes pedindo ajuda. Eles nunca fizeram nada. Isto podia ter sido evitado se elas tivessem dado a ajuda antes.” (Mãe, F1). F2 também compartilhou desta opinião: *“Eu acho que podiam ter tentado outras coisas porque eu já levava eles lá no CIES¹ pra fazer exame. Eu consultava lá.”* (Mãe). Rocha, Arpini e Savegnago (2015b, p.113) revelam a importância da criação de “formas de suporte básico à família, que sejam acionadas antes que os problemas se tornem tão graves a ponto de o acolhimento ser inevitável.”. A partir destes relatos permanece em aberto o questionamento: o acolhimento institucional vivenciado por estas famílias foi, de fato, a última medida para garantir a proteção de seus filhos? Ou a primeira?

¹Centro Integrado de Educação e Saúde: serviço que atende alunos da rede municipal e estadual de ensino no município, executando ações de educação e saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo compreender os significados atribuídos pelas famílias que tiveram filhos institucionalizados à experiência do Acolhimento Institucional e os impactos do retorno gerados neste contexto. Pôde-se perceber que esta experiência foi retratada pelas famílias como positiva e como possibilidade de superação, uma vez que produziu uma conscientização acerca do desempenho dos papéis parentais e mudanças no sistema familiar, constatado na melhora das relações entre os membros.

As famílias compartilharam sentimentos similares frente à saída dos filhos, principalmente tristeza, angústia e culpa, responsabilizando-se pela medida. A impotência em gerar os cuidados aos filhos e a percepção da instituição de acolhimento como capaz de prover proteção também foram evidenciadas. Os significados gerados a partir da saída da criança do lar indicaram a presença de sofrimento na família e o reconhecimento de um lugar afetivo ocupado pela criança neste sistema.

Apesar do sofrimento vivenciado com o acolhimento dos filhos, as famílias evidenciaram interesse e vontade em reaver a guarda, significando esta busca como sinônimo de luta. As trajetórias para trazer o filho de volta ao lar foram atravessadas por diversos aspectos. Entre eles, destacaram-se as condicionalidades e exigências impostas tanto pelo judiciário quanto pelos profissionais que lhe atenderam a fim de verificar o real interesse da família nos filhos. Pelo estudo realizado percebe-se a permanência de um olhar estigmatizador sobre estas famílias, reconhecidas, em muitos momentos, como incapazes de cuidar de seus filhos.

Pôde-se apontar que as famílias se submeteram a estas condicionalidades, pois o vínculo com o filho se apresentou como um propulsor para a realização de movimentos de mudança que resultassem no retorno da criança ao lar. Neste processo as famílias revisitaram seus papéis parentais e refletiram sobre eles, reconhecendo sua importância no cuidado com os filhos. Neste sentido, a possibilidade de retorno da criança se configurou também como uma nova oportunidade de desempenhar os papéis parentais. Observou-se que estas famílias pareciam necessitar de apoio quanto ao exercício de seus papéis, uma vez que passaram a desempenhá-los de outra forma a partir da experiência do acolhimento. Infere-se sobre o quanto um trabalho preventivo e promocional poderia evitar que as dificuldades encontradas pelas famílias chegassem ao extremo, resultando no acolhimento institucional. Da mesma forma, cabe questionar se o acolhimento institucional nos casos apresentados se constituiu, de fato, como a última medida de proteção cabível ou se outras tentativas de atender as dificuldades destas famílias foram realizadas.

No que concerne à reinserção familiar, percebeu-se que as famílias significaram este processo como um momento permeado por mudanças no sistema, especialmente nos relacionamentos dos subsistemas parental e conjugal e na relação de afeto com o filho reintegrado. Constataram-se tentativas da família em reproduzir o ambiente da instituição de acolhimento através da aplicação de regras, a fim de manter o comportamento do filho. No entanto, muitas destas famílias referiram impotência em replicar este contexto, retornando aos mesmos hábitos e formas de organização. Há de se problematizar de que forma a reinserção familiar é efetivamente realizada, uma vez que muitas famílias retrataram a dificuldade de contato com a instituição de acolhimento no período da medida, inexistindo, em alguns casos, o preparo gradativo para o retorno da criança.

A pesquisa atingiu os objetivos propostos uma vez que permitiu a compreensão da complexa rede de significados gerados a partir da saída e do retorno da criança por medida de proteção e os impactos produzidos na família. Destaca-se que os resultados apresentados não anseiam a generalização, mas o princípio de discussões acerca da implicação da família no que tange ao acolhimento institucional e a reinserção familiar.

Acredita-se que esta pesquisa possa fomentar novos estudos acerca da temática da família no cenário da ação institucional e da reinserção familiar, uma vez que se observa a escassez de material. Esta carência de conhecimento pode ocasionar uma visão limitada sobre estas famílias, desconsiderando os aspectos subjetivos presentes neste contexto.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D.; ALVES, E. Codependência e transgeracionalidade: estudo de codependência sob a perspectiva da teoria transgeracional Boweniana. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, v.6, n.1, p.45-63, junho 2016.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.
- ARPINI, D.; QUINTANA, A. Família e instituições de abrigo: reconstruindo relações. In: ARPINI, D (Org.). *Psicologia, família e instituição*. Santa Maria: Editora UFSM, 2009.
- ASSIS, S.; FARIAS, L. (Orgs.). *Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paula: Hucitec, 2013.
- AZÔR, A.; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, n. 1, v. 25, p. 77-89, mar. 2008.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENTO, Rilma. *A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar*. 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10688>. Acesso em: 10 out. 2015.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- CAREGNATO, R.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Revista Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, n.4, v. 15, p. 679-684, dezembro 2006.
- CASSAB, L.; FANTE, A. Convivência familiar: um direito à criança e adolescente institucionalizado. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v.6, n.1, p.154-174, 2007.
- CAVALCANTE, L.; SILVA, S.; MAGALHAES, C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, n. 4, v. 10, p. 1147-1172, dezembro 2010.
- CONSTANTINO, P.; ASSIS, S.; MESQUITA, V. Crianças, adolescentes e famílias em SAI. In: ASSIS, S.; FARIAS, L. (Orgs.). *Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paula: Hucitec, 2013.
- COSTA, A.; CAVALCANTE, L.; PONTES, F. Metas e estratégias de socialização de pais e avós de crianças em acolhimento institucional. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Juiz de fora, v. 8, n. 1, p. 94-110, 2015.

CRUZ, Raquel Cunha. *Uma nova vida na mesma vida: um estudo de caso de reinserção familiar*. 2010, 95f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental - Mestrado)-Universidade de Rio Grande, Rio Grande, 2010. Disponível em: <http://www.argo.furg.br/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2011-08-10T170126Z-304/Publico/Dissertacao%20Raquel%20Cruz.pdf>. Acesso em 10 jun. 2016.

CÚNICO, S.; ARPINI, D. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Revista Pensando Famílias*, n. 1, v. 17, 2013.

CÚNICO, S.; ARPINI, D. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Revista Aletheia*, v. 43-44, p. 37-49, 2014.

FALCKE, D.; ROSA, L. A violência como instrumento educativo: uma história sem fim. In: WAGNER, Adriana et al. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FALCKE, D.; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana (Coord). *Como se perpetua a família: a transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FÁVERO, Eunice et al. (Orgs.). Famílias e medida de proteção abrigo: realidade social, sentimentos, anseios e perspectivas. In: FÁVERO, E.; VITALE, M.; BAPTISTA, M. *Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam*. São Paulo: Paulus, 2008.

FERREIRA, Sónia. Famílias sem rumo: da institucionalização à reunificação familiar – qual o papel da terapia familiar? *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, Lisboa, v. 6, n.1, 2015.

FONTANELLA, B.; CAMPOS, C.; TURATO, E. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: Abril, 1995, n. 2, v. 35.

GULASSA; Maria Lucia Carr Ribeiro. *De volta pra casa: A experiência da Casa de Acolhida Novella no fortalecimento da convivência familiar*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2007. Disponível em: <http://sistemas.fundabrinq.org.br/biblioteca/acervo/2059_pc.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro (Org.). *Novos Rumos do Acolhimento Institucional*. São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>>. Acesso em 10 maio 2016.

KREUZ, Sergio Luiz. *Da convivência familiar da criança e do adolescente na perspectiva do acolhimento institucional: princípios constitucionais, direitos fundamentais e alternativas*. 2011. 167 f. Dissertação (Pós-graduação em Direito – Mestrado)-Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:

<<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/29218/R-D-SERGIOLUIZKREUZ.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 set. 2015.

LADVOCAT, Cynthia. Famílias com crianças e adolescentes em situação de risco. In: OSORIO, L.; VALLE, M. (Orgs). *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LOPES, M.; ARPINI, D. Retratos da infância, um olhar voltado às instituições de abrigo. In: ARPINI, D (Org.). *Psicologia, família e instituição*. Santa Maria: Editora UFSM, 2009.

MACIEL, S. K.; CRUZ, R. M. Avaliação psicológica em processos judiciais nos casos de determinação de guarda e regulamentação de visitas. In: ROVINSKI, S.; CRUZ, R. (Orgs.). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor, 2009.

MADUREIRA, A.; BRANCO, A. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Revista Temas em Psicologia*, n.1, v.9, p.63-75, 2001.

MARTINS, C.; FERRIANI, M. Reintegração da criança e do adolescente vitimizados na percepção dos pais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, n. 6, v. 56. p. 651-654, dez. 2003.

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: FALCÃO, Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 122 p.

MINAYO, M. C.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, n. 4, v. 19, 2014.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 285 p.

MINUCHIN, S.; LEE, W.; SIMON, G. *Dominando a terapia de família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

MINUCHIN, P.; MINUCHIN, S. *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MINUCHIN, S.; NICHOLS, M. *A cura da família: histórias de esperança e renovação contadas pela terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

NICHOLS, M.; SCHWARTZ, R. *Terapia familiar: conceitos e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

OSORIO, Luiz Carlos. Novos rumos da família na contemporaneidade. In: OSORIO, L.; VALLE, M. (Orgs). *Manual de terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

REIS, Samara Poliane Rodrigues Oliveira. *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a garantia de direitos no Distrito Federal*, 2009. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Serviço Social) - Universidade de Brasília, 2009. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/731/1/2009_SaraPolianeRodriguesOliveiraReis.pdf>. Acesso em: 29 maio 2016.

RIZZINI, Irene et al. *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006.

RIZZINI, Irene. Para além da centralidade da família. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, n. 7, ano 7, p. 20-22, 2010.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso históricos e desafios do presente*. 2.ed. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2004.

ROCHA, P.; ARPINI, D.; SAVEGNAGO, S. Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, 2015a.

ROCHA, P.; ARPINI, D. SAVEGNAGO, S. Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, n. 1, v. 35, p. 111-124, 2015b.

ROSA, Edinete Maria et al. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Revista Estudos de Psicologia*, Natal, n. 3, v. 17, p. 361-368, 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Revista Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, n. 2, v. 25, p. 390-399, 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. O jovem na família: o outro necessário. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Orgs). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2004. p. 115-29.

SCHÜTZ, Fabiane Friedrich. *Bem-estar em crianças de diferentes configurações familiares e em acolhimento institucional*. 2014. 112 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101404/000929974.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA- Instituto Uniemp, 2004.

SILVA, Milena. Mediação familiar: em busca da preservação dos vínculos parentais. In: ARPINI, D (Org.). *Psicologia, família e instituição*. Santa Maria: Editora UFSM, 2009

SILVA, M.; ARPINI, D. O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, n.3, v. 19, p. 422-440, dez. 2013.

SILVA, M.; NUNES, K. Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem. *Repositório Institucional da*

Universidade Federal de Rio Grande, 2004. Disponível em:
<<http://repositorio.furg.br/handle/1/1400>>. Acesso em: 06 set. 2015.

SILVA, R.; SEIDL, M. Práticas narrativas na condução da terapia de uma família em situação de pobreza. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro: Instituto Noos, n. 47, v. 22, p.99-112, dez. 2013.

SILVEIRA, S.; YUNES, M. Interações do ambiente judiciário e famílias pobres: risco ou proteção às relações familiares? *Psicologia em revista*, Belo Horizonte, n. 1, v. 16, p. 180-198, abr. 2010.

SIQUEIRA, A.; DELL'AGLIO, D. Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, n. 3, v. 17, p. 134-146, 2007.

SIQUEIRA, Aline Cardoso et al. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, Natal, n. 1, v. 15, p. 07-15, abr. 2010.

VITALE. Maria Amalia Faller. Famílias: pontos de reflexão. In: BAPTISTA, Myrian Veras (Coord.). *Abrigos: comunidade de acolhida e socioeducação*. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 77-85. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

WAGNER, A; TRONCO, C.; ARMANI, A. Os desafios da família contemporânea: revisitando conceitos. In: WAGNER, Adriana et al. *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ANEXOS

ANEXO I
ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DOS PARTICIPANTES:

Nomes fictícios:

Idades:

Profissão:

Grau de instrução:

Número de filhos:

Tipo de Família:

- () Nuclear consanguínea
- () Monoparental
- () Reconstituída
- () Extensa
- () Adotiva
- () Outras

DADOS DO ACOLHIMENTO DA CRIANÇA:

Idade da criança na época da institucionalização:

Período de institucionalização da criança:

Histórico de acolhimento institucional de outros membros familiares:

HISTÓRICO FAMILIAR:

1. Como estava organizada a família antes do acolhimento institucional?
2. Quais os fatores que levaram ao acolhimento institucional da criança?
3. O que se modificou na família com a saída da criança de casa?
4. O que vocês sentiram quando a criança foi acolhida?
5. Enquanto a criança estava institucionalizada o que vocês fizeram? Tentaram reaver a guarda?
6. O que vocês tiveram que fazer para reaver a guarda da criança?

7. Vocês se vincularam a algum serviço para tentar reaver a guarda?
8. Como vocês se sentiram neste período?
9. O que vocês sentiram quando souberam que a criança retornaria para casa?
10. Como foi o retorno da criança ao lar?
11. Houve modificações na família a partir do retorno da criança?
12. Como a família se organizou para receber a criança?

ANEXO II**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Santa Cruz do Sul, 05 de novembro de 2015

Ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UNISC)

Prezados Senhores,

Declaramos para os devidos fins conhecer o protocolo de pesquisa intitulado: **“Voltando pra casa: impactos do retorno da criança institucionalizada à família de origem”** desenvolvido pela acadêmica Larissa Líbio do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, sob orientação da professora Dulce Grasel Zacharias, bem como os objetivos e a metodologia de pesquisa e autorizamos o desenvolvimento no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul.

Informamos concordar com o parecer ético que será emitido pelo CEP/UNISC, conhecer e cumprir com a Resolução do CNS 466/12 e demais resoluções éticas brasileiras. Esta instituição está ciente das suas responsabilidades como instituição coparticipante do presente Projeto de Pesquisa e no seu compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária.

Atenciosamente,

Assinatura e Carimbo

ANEXO III

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VOLTANDO PRA CASA: IMPACTOS DO RETORNO DA CRIANÇA INSTITUCIONALIZADA À FAMÍLIA DE ORIGEM

O projeto intitulado “Voltando pra casa: impactos do retorno da criança institucionalizada à família de origem” tem como objetivo compreender os processos que ocorrem no contexto familiar com o retorno de crianças institucionalizadas temporariamente. Desta forma, a presente pesquisa visa resgatar estas experiências familiares, promovendo uma discussão acerca dos sentidos e significados que se produzem no sistema familiar a partir desta experiência. Entende-se que estudar estes aspectos mostra-se importante porque permite fomentar a discussão a respeito das percepções destas famílias, dando visibilidade aos processos que se produzem neste sistema com a saída e o retorno da criança ao seu lar.

Quanto aos procedimentos metodológicos, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas e elaboradas pela autora do projeto, em que serão abordadas questões acerca dos fatores que influenciaram o acolhimento institucional, as ações realizadas pela família para reaver a guarda dos filhos e as possíveis mudanças e significados produzidos na família a partir deste retorno.

Os participantes serão selecionados de forma intencional, devendo contemplar os seguintes critérios: famílias com histórico de acolhimento institucional de crianças (na faixa etária entre 0 e 12 anos na época do acolhimento) que, após a medida protetiva, retornaram ao lar; famílias que estiveram vinculadas ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul durante o acolhimento institucional ou após a reinserção da criança ao lar.

Este projeto não apresentará riscos para os sujeitos. Quanto aos benefícios, acredita-se que esta pesquisa contribuirá na construção de novos conhecimentos acerca da reinserção familiar de crianças institucionalizadas, principalmente, no que se refere aos significados gerados na família a partir deste processo.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é Larissa Líbio (Fone: (51) 99618185). Sob orientação da professora Dulce Grasel Zacharias (Fone: (51) 3717-7300).

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o participante da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (51) 3717 7680.

Data ___ / ___ / ____

Nome e assinatura do Voluntário

Nome e assinatura do Responsável
Legal, quando for o caso

Nome e assinatura do
responsável pela obtenção do
presente consentimento